

**CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
XANGRI-LÁ**

EDITAL Nº 01/2016

ANEXO IV – PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA

1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL SUPERIOR

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (01 – Administrador(a) de Empresas; 02 – Advogado(a); 03 – Arquiteto(a); 04 – Assistente Social; 05 – Assistente Social – ESF; 06 – Bibliotecário; 07 – Cirurgião Dentista – ESF; 08 - Clínico Geral; 09 – Contador(a); 10 – Enfermeiro(a); 11 – Enfermeiro – ESF; 12 – Engenheiro – Hab. Engenharia Cartográfica; 13 – Farmacêutico(a); 14 – Ginecologista; 15 – Instrutor(a) Musical; 16 – Médico(a) – ESF; 17 – Médico(a) Veterinário(a); 18 – Nutricionista; 19 – Orientador(a) Educacional I; 20 – Pedagogo(a) Social; 21 – Procurador(a); 22 – Professor(a) de Artes; 23 – Professor(a) de Ciências; 24 – Professor(a) de Educação Especial; 25 – Professor(a) de Educação Física; 26 – Professor(a) de Educação Infantil; 27 – Professor(a) de Ensino Religioso; 28 – Professor(a) de Geografia; 29 – Professor(a) de História; 30 – Professor(a) de Língua Portuguesa; 31 – Professor(a) de Matemática; 32 – Professor(a) de Séries Iniciais; 33 – Psicólogo(a); 34 – Supervisor(a) Escolar I)

Leitura e compreensão de textos: Assunto; Estruturação do texto; Ideias principais e secundárias; Relação entre ideias; Ideia central e intenção comunicativa; Efeitos de sentido; Figuras de linguagem e linguagem figurada; Recursos de argumentação; Informações implícitas: pressupostos e subentendidos; Coesão e coerência textuais.

Léxico/Semântica: Significação de palavras e expressões no texto; Alteração de palavras e de expressões no texto; Estrutura e formação de palavras.

Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas; Ortografia: sistema oficial vigente; Relações entre fonemas e letras/grafias; Acentuação gráfica; Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais; Vozes verbais e sua conversão; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Paralelismo; Emprego do acento indicativo de crase; Sintaxe do período simples e do período composto; Colocação e reconhecimento de termos e orações no período; Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; Orações reduzidas e orações desenvolvidas; Equivalência e transformação de estruturas; Pontuação; Colocação pronominal.

-ABAURRE, Maria Luiza M; PONTARA, Marcela. Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido. Vol. Único. São Paulo: Moderna, 2009.

-BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. - 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2006.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

-CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

-FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

1.2.1. Programa e Bibliografia (Comuns aos cargos: 01 – Administrador(a) de Empresas; 02 – Advogado(a); 03 – Arquiteto(a); 04 – Assistente Social; 05 – Assistente Social – ESF; 06 – Bibliotecário; 09 – Contador(a); 12 – Engenheiro – Hab. Engenharia Cartográfica; 15 – Instrutor(a) Musical; 17 – Médico(a) Veterinário(a); 20 – Pedagogo(a) Social; 21 – Procurador(a); 33 – Psicólogo(a))

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993 (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à

Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).¹

LEI MUNICIPAL Nº 419 DE 24.05.1990 (Adotado para o Município de Xangri-lá através da [Lei Municipal nº 001](#), de 04.01.1993 atualizada até Lei Complementar nº 080 de 11.02.2015 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 5º). Do Provimento e da Vacância (Arts. 6º a 18º e Arts. 33º a 37º). Do Regime de Trabalho (Arts. 52º a 61º). Dos Direitos e Vantagens (Arts. 62º a 72º). Do Regimento (Arts. 129º a 131º e Arts. 139º a 156º).

1.2.2. Programa e Bibliografia – Magistério (Comuns aos cargos 19 – Orientador(a) Educacional I; 22 – Professor(a) de Artes; 23 – Professor(a) de Ciências; 24 – Professor(a) de Educação Especial; 25 – Professor(a) de Educação Física; 26 – Professor(a) de Educação Infantil; 27 – Professor(a) de Ensino Religioso; 28 – Professor(a) de Geografia; 29 – Professor(a) de História; 30 – Professor(a) de Língua Portuguesa; 31 – Professor(a) de Matemática; 32 – Professor(a) de Séries Iniciais; 34 – Supervisor(a) Escolar I)

Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Leis Municipais de Ensino. Resoluções Municipais de Educação. Lei do Plano Educacional de Educação. Resoluções Federais de Educação. Portarias de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais.

-BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata: Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 06.11.2015.

-BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Acesso em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>.

Acesso em: 15.10.2015.

-BRASIL. **Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>.

Acesso em: 15.10.2015.

-BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06.11.2015.

-BRASIL. **LDB: Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 15.10.2015.

-BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 15.10.2014.

-BRASIL. **Portaria Nº 89, de 25 de maio de 2005.** Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/downloads/Port89_25MAI05.pdf>. Acesso em: 15.10.2015.

-BRASIL. **Portaria nº. 931, de 21 de março de 2005.** Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/downloads/Port931_21MAR05.pdf>.

Acesso em: 15.10.2015.

-BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

¹ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

-BRASIL. **Resolução nº. 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental de (9) anos. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 15.11.2015.

-XANGRI-LÁ. **Lei Complementar nº. 034, de 16/06/2008.** Dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do plano de carreira do magistério público do município de Xangri-lá. Disponível em:

<<http://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8078&cdDiploma=20080034>>.

Acesso em: 15.10.2015.

-XANGRI-LÁ. **Lei Municipal nº. 1.761 de 07/05/2015** – Cria o Sistema de Ensino de Xangri-lá.

1.2.3. Programa e Bibliografia – SUS (Comuns aos cargos: 07 – Cirurgião Dentista – ESF; 08 - Clínico Geral; 10 – Enfermeiro(a); 11 – Enfermeiro – ESF; 13 – Farmacêutico(a); 14 – Ginecologista; 16 – Médico(a) – ESF; 18 – Nutricionista)

Legislação que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. consoante Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores.

Sistema Único de Saúde, Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores: disposição preliminar; disposições gerais; Sistema Único de Saúde: disposição preliminar; objetivos e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão; atribuições comuns, competências da direção nacional do SUS, da direção estadual do SUS e da direção municipal do SUS; subsistema de atenção à saúde indígena; subsistema de atendimento e internação domiciliar; assistência terapêutica e da incorporação de tecnologia em saúde; serviços privados de assistência à saúde, funcionamento, participação complementar; recursos humanos; financiamento, recursos, gestão financeira, planejamento e orçamento; disposições finais e transitórias.

Organização do Sistema Único de Saúde (SUS), planejamento da saúde, assistência à saúde e a articulação interfederativa e outras providências, consoante Decreto Nº 7.508 de 28 de junho de 2011.

Participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e outras providências, consoante Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

Pacto pela Saúde 2006, conforme Resolução 399 de 22 de fevereiro de 2006.

Política Nacional de Promoção da Saúde, 3 edição, 2010.

Política de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS): de 1988 ao século XXI. Normas Básicas Operacionais e Organização do SUS. SUS Pós-NOB: pacto pela saúde 2006. Decreto 7.508 de 2011: o palco da gestão interfederativa, a Lei Complementar 141 e a Equidade Orçamentária Regional. Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012.

Responsabilidades e Diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, consoante Portaria Nº 1.378 de 09 de julho de 2013.

-**Epidemiologia & Saúde.** 7ª Edição. Organizadores Maria Zélia Rouquayrol e Marcelo Gurgel. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. Capítulo 25. Política de Saúde no Brasil.

-Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

-Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº. 7.508 de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

-Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

-Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº. 1.378 de 09 de julho de 2013.** Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

-Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº. 10.424 de 15 de abril de 2002.** Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de

serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde.

-Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3ª Edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

-Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Resolução 399 de 22/2/2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.

1.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 01 – ADMINISTRADOR(A) DE EMPRESAS.

Funções do Administrador; Gestão de Processos, planejamento, mapeamento de processos, disfunções organizacionais, avaliação de resultados; Administração de recursos humanos e seus subsistemas, recrutamento/seleção, políticas de remuneração; Gestão Financeira, fluxo de caixa; contas a pagar; contas a receber; Orçamento, previsão orçamentária, gestão de custos e despesas, análise patrimonial. fundamentos da administração e suas perspectivas; papel do administrador. abordagem clássica da administração; abordagem humanística da administração; abordagem estruturalista da administração; abordagem neoclássica da administração; abordagem comportamental da administração abordagem sistêmica da administração; produção; contabilidade; depreciação, exaustão e amortização; patrimônio; equivalência patrimonial; operações com mercadorias; operações financeiras; provisões, reservas e lucros retidos; demonstrações contábeis; Administração de marketing, desenvolvimento e gerenciamento de serviços; Administração estratégica, estratégia competitiva; Governança corporativa, estrutura de poder e stakeholders; Pesquisa operacional, modelo de otimização de redes, análise de decisão; Licitações e contratos da Administração Pública.

ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2009.

BARNEY, Jay B. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.666/93 – Licitações e contratos da Administração Pública**.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

DAFT, Richard L. **Organizações**: teorias e projetos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.

HILLIER, Frederick S. **Introdução à pesquisa operacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

HITT, Michael A. **Administração estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: *balanced scorecard***. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil., 2012.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSS, Stephen. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

1.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 02 – ADVOGADO(A)

Direito Administrativo: 1. Princípios, fontes e interpretação. 2. Atividade e estrutura administrativa. Organização administrativa brasileira. 2.1. Terceiro setor. 3. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade. 3.1 Poder hierárquico. 3.2 Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar. 3.3 Poder regulamentar. 3.4 Poder de polícia. 4. Atos administrativos: conceito, atributos, classificação, espécies, extinção. 5. Licitações e contratos. 6. Serviços públicos. 6.1. Serviços delegados, convênios e consórcios. 6.2. Agências Reguladoras. 6.3. Parcerias público-privadas. 7. Agentes públicos: espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades. 7.1. Teto remuneratório. 8. Domínio público: afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares. 9. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento. 10. Intervenção estatal no domínio econômico: repressão ao abuso do poder econômico. 11. Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo, controle externo a cargo do Tribunal de Contas, controle judiciário. 11.1. A Administração em juízo. 12. Improbidade administrativa: Lei 8.429/92. 13. Abuso de autoridade: Lei 4.898/65. 14. Responsabilidade civil do Estado: previsão,

elementos, excludentes, direito de regresso. 15. A prescrição no direito administrativo. 16. Aplicabilidade das leis de processo Administrativo: direito de petição, recursos administrativos, pareceres. Entendimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca de todos esses conteúdos. **Direito Constitucional:** 1. Constituição: conceito, classificação e elementos. 2. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. 3. Histórico das Constituições Brasileiras. 4. Neoconstitucionalismo. 5. Do poder constituinte: originário, derivado e decorrente. 6. Da interpretação da norma constitucional. 7. Controle de Constitucionalidade: conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial 7.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 7.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. 7.3. Ação declaratória de constitucionalidade. 7.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 7.5. O Processo de Julgamento da ADI, ADC e ADO (Lei Federal 9.868/99, com redação dada pela Lei Federal 12.063/09). 7.6. O Processo de Julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei Federal 9.882/99) 8. Preâmbulo Constitucional 9. Dos Princípios Fundamentais. 10. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 11. Tutela Constitucional das Liberdades: 11.1. Habeas Corpus. 11.2. Habeas Data (Lei Federal 9.507/97). 11.3. Mandado de Segurança Individual e Mandado de Segurança Coletivo (Lei Federal 12.016/09). 11.4. Mandado de Injunção. 11.5 Direito de Certidão. 11.6. Direito de Petição. 11.7. Ação Popular (Lei Federal 4.717/65). 12. Direitos Sociais. 13. Direito de Nacionalidade. 14. Direitos Políticos. 15. Divisão Espacial do Poder. Organização do Estado: 15.1. União. 15.2. Estados Federados. 15.3. Municípios. 15.4. Distrito Federal e Territórios. 16. Da intervenção. 17. Administração Pública. 18. Organização dos Poderes. 18.1. Poder Legislativo. 18.1.2. Processo Legislativo 18.2. Poder Executivo. 18.3. Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça. 19. Da Tributação e do Orçamento: Sistema Tributário Nacional. 20. Sistema Orçamentário e Finanças Públicas. 21. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 22. Ordem Econômica e Financeira. 22.1. Princípios Gerais da Atividade Financeira. 23. Ordem Social. 24. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. ~~25. Ações de rito ordinário, sumário e especial. Petição inicial. Defesas do Réu: contestação, exceções, reconvenção. Recursos. Reclamação. Representação. Tutelas de urgência: tutela antecipada, tutelas cautelares.~~² Entendimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca de todos esses conteúdos. **Direito Processual Civil**³ **(de acordo com a Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil):** 1 Direito Processual: Conceito. 2 As formas de composição dos conflitos. 3 Movimentos de acesso à justiça e a busca pela efetividade do processo. 4 Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5 A Norma Processual. 6 Jurisdição. 7 Desjudicialização. 8 Organização Judiciária Federal e Estadual. 9 Conselho Nacional de Justiça. 10 Ação. 11 Direito de defesa. 12 Competência. 13 Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 14 Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 15 Intervenção anômala da União. 16 Amicus Curiae. 17 O Advogado e o Estatuto da OAB. 18 Advocacia Pública. Defensoria Pública. 19 O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 20 Os auxiliares da Justiça. 21 O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22 Processo. Classificação dos Processos: processo de conhecimento. 22.1 Da tutela de urgência. 22.2 Processo de execução. 22.3 Modalidades de procedimentos. 23 Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes (Lei 1.060/50 e seu procedimento). 23.1 A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2 Responsabilidade por dano processual. 24 Processo Eletrônico. 24.1 A Lei 11.419/2006 e a posição do CNJ. 25 Atos Processuais. 25.1 Teoria Geral e Espécies. Nulidades. 26 Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27 Objeto da Cognição: Questões Prévia. 27.1 Conceito. 27.2 Questão Prévia Preliminar. 27.3 Questão Prévia Prejudicial. 27.4 Questão Principal. 28 Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Federais. 28.1 Juizados da Fazenda Pública. 29 Tutela Coletiva. 29.1 Espécies de direitos metaindividuais. 29.2 Princípios da tutela coletiva. 29.3 Inquérito civil. 29.4 Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5 Audiência Pública. 29.6 Recomendação. 29.7 Ação de Improbidade Administrativa e a Lei 8.429/92. 29.8 Ações Coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). 30 Mecanismos de Solução Alternativa de Conflitos: Negociação. Conciliação. 30.1 Mediação. 30.2 Arbitragem e a Lei 9.307/96. 30.3 A conciliação e a mediação judiciais. 30.4 A Resolução 125/10 do CNJ. 31 Processo de conhecimento. 31.1 Petição Inicial. 31.2 Valor da causa. 32 Citação. 32.1 Efeitos da citação. Modalidades: correio, oficial de justiça, hora certa, edital, eletrônica. 33 Formação e suspensão do processo. 33.1 Estabilização da demanda. 33.2 Suspensão própria e imprópria. 34 Resposta do réu. 34.1 Espécies de defesa. 34.2 Contestação. 34.3 Reconvenção. 35 Impugnação ao valor da causa. 35.1 Impugnação à concessão da gratuidade de justiça. 35.2 Revelia. 36 Providências Preliminares. 36.1 Efeitos da revelia. 36.2 Declaração incidental. 36.3 Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 36.4 Alegações do réu. 37 Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo. 37.1 Julgamento antecipado

² Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

³ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

da lide. 37.2 Audiência preliminar. 37.3 Despacho saneador. 38 Extinção com e sem resolução de mérito. 38.1 Sentença definitiva e terminativa. 38.2 Coisa julgada material e formal. 39 Tutelas de Urgência: Tutela Antecipada, Tutela Cautelar e Tutela Inibitória. 39.1 A tutela antecipada em face da Fazenda Pública e a Lei 9.494. 40 Teoria Geral das Provas. 40.1 Meios de prova. 40.2 Ônus da prova. 40.3 Provas Ilícitas. 40.4 Prova emprestada. 40.5 Prova indiciária. 40.6 Sistema de valoração da prova. 40.7 Fases do procedimento probatório. 40.8 Poderes probatórios do juiz. 41 Provas em espécie. 42 Audiência de instrução e julgamento (AIJ). 43 Procedimentos: Procedimento comum e especial. 44 Sentença. 44.1 Elementos essenciais da sentença. 44.2 Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer, entrega da coisa. 45 Coisa Julgada. 45.1 Formação. 45.2 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 45.3 Preclusão. 46 Teoria Geral dos Recursos Legitimidade e Interesse para recorrer. 46.1 Princípios relativos aos recursos. 47 Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 47.1 Apelação. 47.2 Agravo. 47.3 Agravo Interno ou Regimental. 47.4 Agravo de Instrumento. 47.5 Embargos de Declaração. 47.6 Uso dos meios eletrônicos. 48 Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 48.1 O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores. 49 Da Ordem dos Processos no Tribunal. 49.1 Criação de súmulas no Direito Brasileiro. 49.2 A Lei 8.038 e as normas procedimentais nos tribunais superiores. 49.3 A Lei 8.658: aplicação da Lei 8.038 aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais. 50 Incidentes e Ações. 50.1 Uniformização de Jurisprudência. 50.2 Declaração de Inconstitucionalidade. 50.3 Homologação de Sentença Estrangeira. 50.4 Ação Rescisória. 50.5 Ação anulatória. 50.6 A Reclamação no Direito Brasileiro. 51 Teoria geral da execução. 51.1 Princípios da Execução. 51.2 Meios de execução. 51.3 As partes na relação processual executiva. 51.4 Liquidação de Sentença. 51.5 Requisitos da Execução. 51.6 Inadimplemento do devedor. 51.7 Título Executivo. 51.8 Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 51.9 Cumulação de Execuções. 51.10 Responsabilidade Patrimonial. 52 Suspensão e Extinção da Execução. 53 Defesa do Executado: A impugnação. 53.1 A defesa do Executado na Execução Extrajudicial. 53.2 Embargos à Execução contra a Fazenda Pública. 53.3 Embargos à Execução por Carta. 53.4 A Defesa do Executado contra Arrematação, Adjudicação e Alienação. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade. 54 Teoria Geral da tutela de urgência. 54.1 Do procedimento da tutela antecipada e da tutela cautelar. 55 Procedimentos Especiais. 56 Dos procedimentos de jurisdição voluntária. 57 Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante: 57.1 Usucapião no Estatuto da Cidade. Entendimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca de todos esses conteúdos.

-BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Malheiros, 30ª edição.

-CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel, **Teoria Geral do Processo**. Editora Malheiros, 31ª edição.

-MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**, Editora Malheiros, 32ª edição.

-MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Editora Atlas, 31ª edição.

-OLIVEIRA, Álvaro de; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Processo Civil – Volumes I e II**. Editora Atlas, 2ª edição.

-PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**, Editora Atlas, 28ª edição.

1.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 03 – ARQUITETO(A)

Projetos e execuções de edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano e regional, seus serviços afins e correlatos; Instalações prediais, tais como projetos hidrossanitários e elétricos; Controle de custos e elaboração de orçamentos; Acessibilidade; Fiscalização de obras e serviços; Sistemas estruturais; Conforto ambiental em edificações; Conhecimento de software AutoCAD.

-ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

-ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492**: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.

-BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. **AutoCAD 2010: utilizando totalmente**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

-CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura**. São Paulo: Blucher, 2011.

-CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações elétricas e o projeto de arquitetura**. São Paulo: Blucher, 2011.

-CHING, Francis D.K. **Arquitetura – Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

-CHING, Francis D. K.; SALGADO, Luiz Augusto M.; ADAMS, Cassandra. **Técnicas de construção ilustradas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

- CHING, Francis D. K.; ONOUYE, Barry S.; ZUBERBUHLER, Douglas. **Sistemas estruturais ilustrados. Padrões, sistemas e projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- GOLDMAN, Pedrinho. **Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira**. 4. ed. São Paulo: Pini, 2008.
- LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando O. R. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Eletrobras/Procel, 2014. Disponível em: <http://www.labeee.ufsc.br/publicacoes/livros>. Acesso em: outubro de 2015.
- Lei Municipal nº 1.645/78** – Institui o Código de Edificações do Município de Xangri-lá. (Adotado do Município de Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá através da [Lei Municipal nº 001](#), de 04.01.1993).
- Lei Municipal nº 1.111/2008** – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão. Prefeitura Municipal de Xangri-lá.
- MASCARÓ, Juan Luiz. **O Custo das Decisões Arquitetônicas**. Porto Alegre: Masquatro, 2004.
- MASCARÓ, Lucia. **Ambiência Urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2004.
- ROAF, Susan; FUENTES, Manuel; THOMAS, Stephanie. **Ecohouse: a casa ambientalmente sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

1.6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 04 – ASSISTENTE SOCIAL

- Trabalho e formação profissional, 2. Projeto Ético Político do Serviço Social, 3. Políticas Sociais e Serviço Social, 4. Dimensão técnico-operativa do Serviço Social, 5. Investigação em Serviço Social, 6. Direitos sociais, políticas públicas, 7. Assessoria, consultoria e Serviço Social
- Baptista, Myrian Veras. *A investigação em Serviço Social*. Veras Editora. São Paulo, 2006.
- Brasil. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso: Jan. 2016.
- Brasil. Lei nº **8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso: Jan. 2016.
- _____. Lei nº **9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso: Jan. 2016.
- _____. Lei nº **8.742, DE 7 DEZEMBRO DE 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso: jan. 2016.
- _____. Lei nº **8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso: Jan. 2016.
- _____. Lei nº **13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: Jan. 2016.
- _____. Lei nº **10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso: Jan. 2016.
- _____. *Norma Operacional Básica do SUAS* (2012). Resolução 33 – Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas-2012-033-12-12-2012.pdf/download>
- Bravo, Maria Inês Souza e Matos, Maurílio Castro (Orgs.). *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. 2º ed. Editora Cortez. São Paulo, 2010.
- Iamamoto, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional*. 22 ed. Editora Cortez. São Paulo, 2012.
- Mota, Ana Elizabete (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. 4º ed. Editora Cortez. São Paulo, 2009.
- Santos, Cláudia Mônica; Backx, Sheila; Guerra, Yolanda (Orgs.). *A Dimensão técnica-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Editora UFJF. Juiz de Fora, 2012.

1.7. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 05 – ASSISTENTE SOCIAL – ESF

1 A Legislação Social de garantias de direitos do cidadão e de dever do Estado nas políticas públicas (saúde, assistência social, da criança, da mulher dos idosos, de pessoa em sofrimento mental dentre outros) no âmbito da seguridade social. 2 A participação social instituída como diretriz e como princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), os conselhos e as conferências de saúde. 3 A Política de Atenção básica como porta de entrada e acolhimento as demandas dos usuários numa relação humanizada e com vínculo na rede de ações e serviços de saúde do SUS. 4 As configurações do processo de trabalho em que participa o assistente social na saúde coletiva, no espaço sócio-ocupacional da atenção básica. 5 A necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

-Parâmetros do Serviço Social na Saúde: Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília, março de 2010. Disponível online site do cfess.org.br.

-Código de Ética do Assistente Social: Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei nº 8662/93 de regulamentação da profissão. 10ª edição revisada e atualizada [Brasília]. Conselho Federal de Serviço Social [2012]. Disponível no site do cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.

-Cadernos da Atenção Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea. **Cadernos da Atenção Básica nº 28** v. I. Brasília, 2013. Primeira edição e primeira reimpressão. Disponível sms.saude.gov.br/bvs/.../acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1

-Produção de Conhecimento da Área: CHUPEL, Claudia P. e Miotto, Regina T. Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. Revista Serviço Social e Sociedade. UNICAMP v. 10, Campinas, 2010. Disponível em www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=47809

-CAMARGO, Marisa. Atribuições privativas e competências do Assistente Social na Atenção Básica em Saúde. Disponível em revista. Católica online.com.br: 81/revista_digital/index.php/.../article/.../251.

Lei 8080 de 19/09/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8142 de 28/12/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Disponível <http://dev-sus20anos.datasus.gov.br/SUS20ANOS/index.php?area=0102>

1.8. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 06 – BIBLIOTECÁRIO

Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação: conceitos, princípios, evolução e relação com outras áreas do conhecimento. Profissional bibliotecário: legislação, órgãos de classe, ética profissional. Representação descritiva dos documentos: princípios gerais de catalogação. Catalogação de diferentes tipos de materiais e em diferentes suportes. CCAA2 e formato MARC 21. Representação temática dos documentos: princípios gerais de classificação, Sistemas de classificação bibliográfica (CDU e CDD). Indexação: conceitos, características e sistemas. Indexação automática. Vocabulário controlado e thesaurus. Metadados, índices e resumos. Formação e desenvolvimento e avaliação de coleções: políticas de seleção, aquisição e descarte. Aquisição. Aquisição planejada. Coleções não convencionais. Intercâmbio – empréstimo entre unidades de informação. Serviço de referência: Conceito, função e técnicas. Bibliotecário de referência. Estudo de uso e necessidades de informação. Usuários reais e potenciais. Disseminação da informação e disseminação seletiva da informação (DSI). Serviço de referência virtual. Educação de usuários. Redes e sistemas de informação: conceito, características. Produtores, provedores e usuários de redes e sistemas de informação. Sistemas de hipertexto e hiperdocumento. Gerenciamento da informação no ambiente web. Gestão de unidades de informação: planejamento, organização, administração de recursos materiais e humanos. Avaliação. Marketing em unidades de informação. Gestão da qualidade em unidades de informação. Preservação de documentos. Desenvolvimento de projetos e ações culturais em bibliotecas.

-ALMEIDA, M.C.B. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2005.

-ALMEIDA Jr., Oswaldo F. de. Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas, Londrina: Ed.Uel, 1997.

-CAMPELLO, Bernadete. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

-FIGUEIREDO, Nice M. de Estudos de uso e usuários da informação. Brasília: IBICT, 1994.

-FONSECA, Edson Néri da. Introdução à Biblioteconomia. São Paulo: Pioneira, c1992

-FURRIE, Betty. O MARC bibliográfico: um guia introdutório. Brasília: Thesaurus, 2000.

- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. ampl. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MACIEL, A.C.; MENDONÇA, M.A.R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Inter-ciência, 2000.
- ORGANIZAÇÃO do conhecimento e sistemas de classificação**. Brasília: IBICT, 1996.
- PONJUAN DANTE, Gloria. **Gestion de informacion em las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones**. Santiago de Chile: CECAPI, 1998.
- RIBEIRO, A.M.C.M. **Catálogo de recursos bibliográficos: pelo AACR2R 2002** –Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition, 2002 *Revision*. Brasília: Edição do Autor, 2003.
- ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**. 4. ed. Brasília: Editora do Autor, 2005.
- SANTOS, Jussara Pereira (Org.) **Gestão ambiental em bibliotecas: aspectos interdisciplinares sobre ergonomia, segurança, condicionantes ambientais e estética nos espaços de informação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

1.9. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 07 – CIRURGIÃO DENTISTA – ESF

A promoção de saúde no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. Abordagem restauradora das dentições decídua, mista e permanente. Bioética e relações humanas no trabalho. Determinantes do processo saúde-doença bucal. Diagnóstico e tratamento de alterações de tecidos bucais. Etiopatogenia, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças cárie e periodontal. Planejamento e ações em saúde. Prevenção da saúde bucal direcionada a família, a grupos e individual. Prevenção e controle de riscos em serviços de odontologia. Traumatismo dentário e cirurgia buco-dentária: diagnóstico e manejo clínico.

-ABOPREV: **Promoção de Saúde Bucal**/Coordenação Léo Krieger. – 3ª ed. – São Paulo: Artes Médicas, 2003.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 156 p. – (Série A). Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/servicosauade/manuais/manual_odonto.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p: il.– (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:

<cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 17) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-DEAN, J.A.; AVERY, D. R.; MCDONALD, R.E. **Odontologia para Crianças e Adolescentes**. Elsevier, 2011.

-FEJERSKOV O.; Kidd, E. **Cárie Dentária: a Doença e seu Tratamento Clínico**. Ed. Santos, 2005.

-LINDHE, J.; KARRING, T.; LANG, N.P. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantodontia Oral**. 3ª Ed. Editora Guanabara-Koogan, 1997.

-MOYSÉS, J.S. **Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica**. Série Abeno, São Paulo: Editora Artes Médicas, 2013.

-ROSE, L.E.; GENCO, R.J.; MEALEY, B.L.; COHEN, D.W. **Medicina Periodontal**. 1ª Ed. Editora Santos, 2002.

-SESC. DN. **DPD Manual técnico de educação em saúde bucal / Claudia Márcia Santos Barros, coordenador**. – Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007.132p.: il. Disponível em:

<bvsms.saude.gov.br/bvs/.../manualTecnicoEducacaoSaudeBucal.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

-WANNMACHER, L.; FERREIRA, M.B.C. **Farmacologia Clínica para Dentistas**. Ed. Guanabara-Koogan, 1999.

1.10. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 08 – CLÍNICO GERAL

Bioestatística e epidemiologia clínica. Testes de investigação, exames diagnósticos, rastreamento de doenças, seleção e interpretação de exames laboratoriais, exames diagnósticos no diagnóstico diferencial, tomada de decisão clínica, desempenho dos exames diagnósticos, interpretação de resultados de exames usando a probabilidade pré-teste e a razão de verossimilhança.

Classificação de doenças, critérios de gravidade, diagnóstico diferencial de doenças, indicações terapêuticas clínicas e cirúrgicas de enfermidades, terapia intensiva, drogas vasoativas, controle glicêmico em pacientes críticos, distúrbio acidobásico em paciente crítico.

Manifestação e apresentação de doenças, anamnese e exame físico, receituários, dor, febre, hipertermia e hipotermia, erupções cutâneas, síncope, confusão mental, distúrbios da visão, choque, tosse, constipação, prurido, edema, distúrbio hidro-eletrolítico, distúrbio nutricional, dispneia, reação e intoxicação medicamentosa e outros agentes, efeitos colaterais de medicação, sopro cardíaco.

Doenças infecciosas: exames diagnósticos em doenças infecciosas, imunização e vacinas, fatores de risco, sepse, endocardite, diarreia aguda e crônica, osteomielite, infecção de pele e partes moles, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, paciente imunocomprometidos e transplantados, controle de infecção hospitalar, doença por bactérias gram-positivas e gram-negativas, amebíase, bacteremia, conjuntivite, cólera, difteria, febre reumática, influenza, leishmaniose, lepra, malária, raiva, rubéola, sarampo, salmonelose, tétano, toxoplasmose, dengue, sepse e infecções nosocomiais.

Sistema cardiovascular: principais testes diagnósticos, insuficiência cardíaca, insuficiência vascular periférica, doença cardíaca congênita, cardiopatia reumática, febre reumática, arritmias cardíacas, Síndrome de Wolff-Parkinson White, doenças das válvulas cardíacas congênitas e adquiridas, cor pulmonale, miocardiopatia, miocardites e pericardites, trauma cardíaco, infarto agudo do miocárdio, angina estável e instável, hipertensão arterial sistêmica, trombose venosa profunda, oclusão arterial aguda e crônica, doenças da aorta, dissecação aórtica, dor torácica, hipertensão pulmonar, dislipidemias, complicações do infarto agudo do miocárdio e prevenção secundária de doença cardíaca isquêmica, eletrocardiografia básica e alterações do eletrocardiograma que refletem evolução do infarto, síncope.

Sistema respiratório: Provas de função pulmonar, asma brônquica, pneumonias, bronquiectasias, doença broncopulmonar obstrutiva crônica, doenças da pleura, mediastino e tórax, infecção de vias aéreas respiratórias, neoplasia pulmão, pleura, mediastino e da caixa torácica, transplante de pulmão, derrame pleural e empiema, abscesso pulmonar, silicose, infiltrado pulmonar, tuberculose, embolia pulmonar, atelectasia, hemorragias das vias respiratórias, insuficiência respiratória, pneumoconioses, pneumotórax, síndrome da obesidade-hipoventilação, doenças pulmonares parenquimatosas difusas, nódulo pulmonar solitário, testes de função pulmonar.

Doenças do rim e trato urogenital: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrite, pielonefrite, obstrução do trato urinário, urolitíase, transplante renal, tumores renais, infecções do trato urinário em homens e mulheres, incontinência urinária, hiperplasia de próstata, prostatite, neoplasia de próstata.

Sistema digestivo: endoscopia digestiva alta e baixa, parasitose intestinal, disfagia, hemorragia digestiva alta e baixa, doenças do esôfago, estômago e duodeno, úlcera péptica, distúrbio de absorção, síndrome do cólon irritável, doença de Crohn, diverticulose, abdômen agudo, apendicite aguda, sub-oclusão intestinal, hepatite viral aguda e crônica, hepatite medicamentosa e autoimune, cirrose hepática, pancreatite aguda e crônica, colelitíase, colecistite e coledocolitíase, colangite, icterícia, transplante hepático, neoplasia do trato digestivo, hemorroidas, fissura e abscesso anal.

Sistema endocrinológico e do metabolismo: distúrbio do crescimento, doença da tireoide e paratireoide, neoplasias de tireoide, doença da adrenal, diabetes melito e insípido, gota, doenças dos ossos e metabolismo, uremia, hiperlipidemia, deficiência de vitaminas, síndrome de Cushing, nutrição, artrite reumatoide, artrite monoarticular,

Sistema neurológico e locomotor: cefaléia e enxaqueca, epilepsia e convulsão, doença cerebrovascular, demência e doença de Alzheimer, distúrbio extrapiramidal, neoplasia do sistema nervoso central, compressão medular, meningite aguda e crônica, abscesso cerebral, acidente vascular cerebral isquêmico e hemorrágico, esclerose sistêmica, miastenia gravis, neuralgia do trigêmio, paralisia facial periférica, doença de Parkinson, afecções do sistema nervoso central, dependência de drogas, vertigem e tontura.

Doenças Hematológicas e Oncológicas: anemias, transfusões de hemocomponentes, distúrbios de coagulação, policitemias, leucemias agudas e crônicas, síndromes paraneoplásicas, emergências oncológicas.

Problemas de saúde mental: psicofármacos, transtornos de ansiedade, depressão, transtorno do humor bipolar, psicoses, drogadição, tabagismo e dependência de álcool, uso de substâncias.

Emergências clínicas: abordagem do paciente grave, sinais e sintomas em emergência, abordagens de síndromes em emergência, emergências cardiopulmonares, venosas, relacionadas com a SIDA, infecciosas e neurológicas, relacionadas ao trato gastrointestinal, onco-hematológicas, endócrinas, metabólicas e sistêmicas, emergências psiquiátricas.

Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes, organização e gestão da saúde; atribuições e competências no SUS em nível nacional, estadual, municipal; recursos e gestão financeira.

Abordagem à Saúde Ocupacional na Atenção Primária à Saúde.

Atenção Primária à Saúde no Brasil. Procedimentos em Atenção Primária à Saúde.

Código de Ética Médica, princípios fundamentais do exercício da medicina, normas diceológicas e deontológicas.

-BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

-Bruce B. Duncan et al. **Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseada em Evidências**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2013.

-Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica. **Resolução CFM nº 1.931 de 17 de setembro de 2009**.

-Dan L. Longo et al. **Manual de Medicina de Harrison**. 18ª Edição. Porto Alegre, AMGH Editora Ltda., 2013.

-Eugene C. Toy e John T. Patlan, Jr. **Casos Clínicos em Medicina Interna**. 3ª edição. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2011.

-Stephen Doral Stefani, Elvino Barros: organizadores. **Clínica Médica. Consulta rápida**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2013.

1.11. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 09 – CONTADOR

CONTABILIDADE: conceito, objeto, objetivo e campo de aplicação da Contabilidade, Princípios de Contabilidade, Usuários da informação contábil. Equação fundamental do patrimônio, composição quantitativa e qualitativa; Atos contábeis; Fatos contábeis permutativos - modificativos e mistos e seus efeitos no patrimônio; Origem e aplicação dos recursos; Variações patrimoniais qualitativas e quantitativas; Classificação e saldo das contas Contábeis Patrimoniais e de Resultado; Composição do plano de contas, ordenamento das contas. Métodos das partidas dobradas, livro diário, livro razão, regimes contábeis de caixa e competência; lançamentos contábeis: operações financeiras, de empréstimos, juros e de descontos ativos e passivos, duplicatas descontadas, Receitas e despesas antecipadas. Receitas e despesas diferidas. Balancete de Verificação, estrutura e elaboração. Tributos: Conceito, retenção, base de cálculo, alíquotas; incidências; apuração, competência tributária; legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição social sobre o lucro. Retenções na fonte de impostos e contribuições (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS, INSS). Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Operações Comerciais, Controles de estoques (PEPS, UEPS e média ponderada móvel), inventários e operações relativas a compras e vendas de mercadorias e prestação de serviços. Tributos federais incidentes sobre o faturamento. Custo das Mercadorias Vendidas - CMV. Resultado da Conta Mercadorias – RCM, Operações de encerramento do exercício. Provisões e reservas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa. Folha de pagamento. Operações envolvendo aquisição, avaliação e alienação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial e pelo método de custo; incorporação, cisão e fusão de empresas; transações entre partes relacionadas; Ativos e passivos contingentes. Mudança nas estimativas e correção de erros. Eventos subsequentes. Ajuste a valor presente de direitos e obrigações. Redução ao valor recuperável de ativos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros. Destinação de resultado. Métodos e critérios de Avaliação de ativos e passivos: tipos, conceitos, cálculo. Exercício Social e Demonstrações contábeis obrigatórias. Consolidação de demonstrações contábeis.

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: Conceito, objeto e campo de atuação. Instrumentos de Planejamento: PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamento Anual. Princípios orçamentários. Patrimônio Público: conceito, classificação, variações patrimoniais orçamentárias e extra orçamentárias, Mensuração de Ativos e Passivos, incorporação e desincorporação de bens. Receita Pública: conceito, classificações e estágios. Despesa Pública: conceito, classificações e estágios, regime de adiantamento, suprimento de fundos, limites constitucionais e legais da despesa. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência. Sistemas e Planos de Contas: conceitos, objetivo, elencos, função e funcionamento das contas, encerramento de contas, registros nos subsistemas orçamentário, patrimonial, custos e compensação. Regimes de Caixa, Competência e Misto. Lançamentos Contábeis Típicos do Setor Público. Demonstrações contábeis e relatórios: conceitos, estrutura, elaboração e análise dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais e outros demonstrativos financeiros obrigatórios na prestação de contas anual. Prestação de contas, Controle interno e Controle externo: conceitos, prazos, sistema de controle interno, princípios do controle interno; controle externo e aspectos constitucionais do controle interno e externo. Licitação: conceito; tipos; modalidades.

-BRASIL. CFC – Conselho Federal de Contabilidade – Resolução CFC nº. 750/1993, Resolução CFC nº. 1.111/2007, Resolução CFC nº. 1.128/2008, Resolução CFC nº. 1.129/2008, Resolução CFC nº. 1.132/2008, Resolução CFC nº. 1.137/2008, Resolução CFC nº. 1.268/2009, Resolução CFC nº.

1.282/2010, Resolução CFC nº. 1.437/2013; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16.1 a 16.11.

-BRASIL. Leis Federais nº. 4.320, de 17 de março de 1964; nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976; nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007; nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; nº. 8.883, de 08 de junho de 1994; nº. 101, de 4 de maio de 2000; nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; nº. 11.941, de 27 de maio de 2009 e Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

-BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (procedimentos contábeis orçamentários). 5ª e 6ª edição. Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Contabilidade, 2014. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> - Acesso em: 14/10/2015.

-BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Portaria Interministerial nº 163, de 04 de Maio de 2001; Portaria Conjunta nº 03, de 14 de Outubro de 2008; Portaria nº 438, de 12 de Julho de 2012. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> - Acesso em: 14/10/2015.

-FIECAFI. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

-MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

-PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho. Análise das Demonstrações Financeiras. 3ª. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

-ROSA, Maria B. Contabilidade do Setor Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

1.12. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 10 – ENFERMEIRO(A)

Sistematização da Assistência de Enfermagem, Administração de serviços;; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e sífilis; Assistência de enfermagem em prevenção e controle de infecção e em doenças infecto-contagiosas; Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério, Cuidados de enfermagem: em administração de medicamentos, em uso de cateteres, drenos e sondas, em feridas, em terapia respiratória, conforto e sinais vitais; Educação Permanente; Integralidade; Legislação em enfermagem; Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais; Programa nacional de imunizações; Vigilância epidemiológica.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>), atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS (disponível em www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf). Acessado em 18/02/2016.⁴

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico pré-natal e puerpério atenção qualificada e humanizada**. Brasília – DF 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9**. Brasília – DF 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf, acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acessado em: 08/10/2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância. **RESOLUÇÃO - RDC N 15, de 15 de março de 2012**. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7599770043e684468b198f45f4f7d4e4/rdc0015_15_03_2012.pdf?MOD=AJPERES>. Acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei Nº. 7.498, de 25 de julho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html, acessado em 13/10/2015.

⁴ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **DECRETO Nº. 94.406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html, acessado em: 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN 311/2007**. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>, acessado em: 13/10/2015

-MATTOS, Rubem Araujo de e PINHEIRO, Roseni. **Razões Públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. CEPESC-IMS-UERJ-ABRASCO, 1ª Edição, RJ, 2007.

-NORMA OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOAS-SUS 01/2001. Disponível em: www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arg_doc/noas_sus2001.pdf. Acessado em 08/10/2015.

-VOLPATO, Andrea Cristine Bressane e PASSOS, Vanda Cristina dos Santos. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. Editora Martinari, 4ª Edição, SP, 2014.

1.13. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 11 – ENFERMEIRO – ESF

Administração de serviços; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e sífilis; Assistência de enfermagem em prevenção e controle de infecção e em doenças infecto-contagiosas; Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério. Atenção Básica, Educação Permanente; Estratégia de Saúde da Família; Integralidade e humanização do cuidado em saúde, Legislação em enfermagem; Programa nacional de imunizações e Vigilância epidemiológica.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>), atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS (disponível em www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf). Acessado em 18/02/2016.⁵

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>. Acessado em: 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Técnico PRÉ-NATAL E PUERPÉRIO ATENÇÃO QUALIFICADA E HUMANIZADA**. Brasília – DF 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acessado em: 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acessado em: 08/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006**, v. 9. Brasília – DF 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei Nº 7.498, de 25 de julho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN 311/2007**. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>. Acessado em: 13/10/2015.

-FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf. Acessado em 08/10/2015.

-NORMA OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOAS-SUS 01/2001. Disponível em: www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arg_doc/noas_sus2001.pdf. Acessado em: 08/10/2015.

1.14. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 12 – ENGENHEIRO – HAB. EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA

CADASTRO TERRITORIAL: Conceitos e atributos; Cadastros e Sistemas Cadastrais, Evolução da ocupação e legislação territorial brasileira. Aspectos da estrutura do cadastro urbano no Brasil.

⁵ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

Ferramentas de atualização; Cadastro Urbano, Cadastro Rural, cadastro multifinalitário. Planta Genérica de Valores, Rede de Referência Cadastral Municipal.

FOTOGRAMETRIA: Óptica Fotogramétrica; Fundamentos da Fotogrametria; Matemática para Fotogrametria; Projeto Fotogramétrico e Plano de Vão; Cobertura aerofotogramétrica; Apoio de campo; Aerotriangulação; Restituição; Reambulação; Produtos cartográficos:

CARTOGRAFIA: Projeções Cartográficas; Classificação das projeções; Projeções TM (UTM, RTM, LTM), Gauss-Kruger. Escalas. Sistemas de Coordenadas. Projeto Cartográfico. 4 – 4; Generalização Cartográfica. Linguagem Cartográfica. Símbolos cartográficos. Classificação de dados. Representação Temática de Dados qualitativos e quantitativos. Transformações Geométricas; Distorções; Legislação Cartográfica, Qualidade cartográfica, Atualização cartográfica.

GEOPROCESSAMENTO: Sistema de Informações Geográficas (SIG). Definições, características, estrutura de hardware e software de um SIG. Estruturas de Dados para Representação Computacional de Dados Espaciais. Estrutura matricial (raster). Estrutura vetorial. Principais relações topológicas em SIG;

TOPOGRAFIA E GEODÉSIA: Conceitos Fundamentais: Plano Topográfico, Nortes, Rumos e Azimutes, Declinação Magnética; Levantamentos Topográficos: Planimetria e altimetria; Cálculo analítico de coordenadas. Cálculo de áreas. Erros. Noções de Topologia. Curvas de Nível. Levantamento planialtimétrico. Superfícies de Referência: Elipsóide e Geóide. Gravimetria. Sistemas Geodésicos de Referência. Sistema Geodésico Brasileiro. Coordenadas geodésicas. Fundamentos e Métodos de Posicionamento por GNSS.

-ANDRADE, José Bitencourt de. **Fotogrametria**. SBEE. Curitiba – PR, 1998.

-BRASIL. **Lei Nº. 10.267, de agosto de 2001**. Altera dispositivos das Leis nºs 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10267.htm>. Acesso em: 05/11/2015.

-BRASIL. **Decreto Nº. 89.817, de 20 de junho de 1984**. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89817.htm>. Acesso em: 05/11/2015.

-IBGE PRESIDÊNCIA. 2005. **Resolução PR nº 1 de 25/02/05** – Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro. Rio de Janeiro. (http://www.inde.gov.br/images/inde/rpr_01_25fev2005.pdf)

-INCRA. **Norma Técnica para Georeferenciamento de Imóveis Rurais** – 3a. Edição, 2013. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/media/institucional/norma%20tecnica%20para%20georreferenciamento%20de%20imoveis%20rurais%203%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 05/11/2015.

-CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.; D'ALGE, J.C. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos, INPE, 2001 (on-line, 2a. edição, revista e ampliada, disponível em: <mtc-m12.sid.inpe.br/attachment.cgi/sid.inpe.br/.../04.../publicacao.pdf>

-CARNEIRO, Andréa Flávia Tenório. **Cadastro Imobiliário e Registro de imóveis**. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil. Sérgio Antônio Fabris Editor. Porto Alegre, 2003.

-GEMAEL, C.. **Introdução à Geodésia Física**. Curitiba: Editora UFPR, 1999

-IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm>. Acesso em: 06/11/2015.

-Lei Municipal nº1.739/2015 – Institui a Rede de Referência Cadastral do Município de Xangri-Lá e dispõe sobre normas e exigências na execução de levantamentos topográficos como uma das fontes a ser utilizada na manutenção e atualização da base topográfica do Município de Xangri-Lá.

-LOCH, C. **Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial**, 2001. UFSC.

-LUGNANI, J.B. **Introdução à Fototriangulação**. Imprensa Universitária da UFPR, 1987.

-MONICO, J.F.G. **Posicionamento pelo GNSS: Descrição, fundamentos e aplicações**, 2ª Ed. Editora UNESP, 2007.

-NOGUEIRA, Ruth E. **Cartografia – Representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. 2 d.rev.Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

-SANTOS, Adeildo Antão dos. **Representações Cartográficas**. Recife, UFPE. Ed. Universitária, 1985.

-SILVA, Irineu da. Segantine, Paulo Cesar Lima. **Topografia para engenharia. Teoria e prática de Geomática**. Ed. Rio de Janeiro, 2015. ISBN978-85-352-7748-7.

1.15. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 13 – FARMACÊUTICO

Assistência Farmacêutica – seleção, programação, aquisição e armazenamento, incluindo critérios de avaliação da qualidade. Financiamento da Assistência no setor público: componentes básico, especializado e estratégico. Assistência Farmacêutica nas redes de atenção à saúde no SUS. Controle sanitário e comercialização de medicamentos, farmácia como estabelecimento de saúde. Gestão de

medicamentos: controle de estoques, níveis de estoque, curva ABC, controle de dispensação de antimicrobianos e de controle especial. Farmacovigilância. Farmacologia de anti-hipertensivos, hipoglicemiantes orais e das classes farmacológicas incluídas nas listas A1, B1 e C1 da Portaria nº 344/1998. Práticas seguras na distribuição e dispensação de medicamentos e indicadores. Boas práticas farmacêuticas.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Protocolo de Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** 2013. Disponível em:

<<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmwD8.pdf>>.

Acessado em: 28/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **ANVISA. RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.** Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/180809_rdc_44.pdf>.

ACESSADO EM 28/10/2015.

-BRASIL. **ANVISA. RDC nº 20/2011.** Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Disponível em:

[http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC%2020%202011.pdf?jornal=%E2%80%A6\(Acessadol](http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC%2020%202011.pdf?jornal=%E2%80%A6(Acessadol).

Acessado em 09/11/2015(Substitui o link por outro)

-BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **Assistência Farmacêutica no SUS –Brasília: CONASS, 2007.** 186 p. Coleção Progestores - PARA entender a gestão do SUS, 7. Capítulo Medicamentos Estratégicos. Disponível em:

<HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/PUBLICACOES/COLEC_PROGESTORES_LIVRO7.PDF>.

ACESSADO EM: 28/10/2015.

-BRASIL. **LEI Nº. 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973.** Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em:

<HTTP://WWW2.RIO.RJ.GOV.BR/GOVERNO/VIGILANCIASANITARIA/LEGISLACAO/LEIFEDERAL5991_7_3.PDF>. Acessado em: 28/10/2015.

-BRASIL. **Lei nº. 13.021 de 2014.** Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm>.

ACESSADO EM: 28/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.** 100 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:

<<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/283.pdf>>. Acessado em 28/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 108 p.: il. – Cuidado farmacêutico na atenção básica; caderno 1, capítulo 2, página 25. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servicos_farmaceuticos_atencao_basica_saude.pdf>.

Acessado em 28/10/2015.

-BRASIL. **Portaria nº 344 de 1998 (ANVISA) e listas e RDCs que atualizem.** Dispõe sobre os medicamentos de controle especial. Disponível em:

<http://www.cff.org.br/userfiles/file/portarias/344.pdf>

Acessado em 09/11/2015 (Substitui o link por outro)

-BRASIL. MS. **Portaria Nº 1.554/2013.** Dispõe sobre o componente especializado da assistência farmacêutica e financiamento. Disponível em:

<HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/SAUDELEGIS/GM/2013/PRT1554_30_07_2013.HTML>.

Acessado em 06/11/2015.

-BRASIL. MS. **Portaria Nº 1.555/2013.** Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do sistema único de saúde (sus). Disponível em: <HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/SAUDELEGIS/GM/2013/PRT1555_30_07_2013.HTML>.

ACESSADO EM 28/10/2015.

-FUCHS, F. D. E WANNMACHER, L. **Farmacologia clínica – fundamentos da terapêutica racional.** 3ª ed. Ed. Guanabara Koogan, RJ, 2004.

-GOMES, M. J. V. M e REIS, A. M. M. **Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em Farmácia Hospitalar.** 1ª ed. São Paulo, Editora Atheneu, 2001.

1.16. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 14 – GINECOLOGISTA

Aspectos Preventivos Ginecológicos e Oncológicos; Planejamento Familiar; Patologia do Trato Genital Inferior, Esterilidade e Infertilidade; Reprodução Humana Assistida; Ginecologia Endócrina; Climatério; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Cirurgia Ginecológica e Laparoscópica; Mastologia, Oncologia Ginecológica; Política Nacional de Saúde Integral da Mulher. **Temas de Ginecologia:** 01. Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino; 02. Fisiologia menstrual – controle neuroendócrino; 03. Semiologia ginecológica; 04. Desenvolvimento puberal normal e anormal; 05. Malformações genitais; 06. Métodos anticoncepcionais; 07. Amenorréias; 08. Sangramento genital/ Hemorragia uterina disfuncional; 09. Vulvovaginites; 10. Doenças sexualmente transmissíveis; 11. Doença inflamatória pélvica; 12. Dor pélvica crônica/ Dismenorréia; 13. Miomatose uterina; 14. Endometriose; 15. Síndrome Pré-Menstrual; 16. Climatério; 17. Prurido vulvar; 18. Patologias Benignas da Mama; 19. Doenças malignas da mama; 20. Histeroscopia/ laparoscopia ginecológica; 21. Infertilidade 22. Sexualidade; 23. Tumores anexiais; 24. Câncer de colo uterino/ câncer de endométrio/ câncer de ovário/ câncer de vulva.

BEREK JS. Berek e Novak – **Tratado de Ginecologia**. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis**. 4ªed. Brasília: MS; 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Nomenclatura para laudos Cervicais e Condutas Preconizadas – Recomendações para Profissionais de Saúde**. Brasília: MS; 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**, 2004.
HALBE, HW. **Tratado de Ginecologia** – Hans Wolfgang Halbe. Cap 97. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2000.

SPEROFF L, Glass RH, kase NG. **Clinical Gynecology Endocrinology and Infertility**. Lippincott Williams Wilkins, 7a edição, 2004.

1.17. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 15 INSTRUTOR(A) DE MÚSICA

Acústica e Psicoacústica – o som a partir de suas propriedades físicas e modos de percepção; série harmônica; parâmetros do som: altura, duração, intensidade e timbre; propagação do som no ar; processos cognitivos de percepção de alturas, intensidades, durações e timbres.

Organologia – classificação e características dos diferentes tipos de instrumentos musicais; modos de produção do som nas diferentes famílias de instrumentos;

Música e tecnologia, síntese, gravação e processamento de som; instrumentos eletrônicos; música e meios computacionais: *softwares* para música; protocolo MIDI.

Elementos de notação musical – as claves dos diferentes instrumentos; notação de alturas e ritmos; notação de dinâmicas, articulações e expressão; disposição das pautas na partitura de orquestra; notação de fórmulas de compasso.

Estruturas musicais – intervalos, escalas, acordes em todos os modos e tonalidades; métrica: compassos simples e compostos; funções harmônicas tonais; harmonia pós-tonal.

Técnicas de arranjo, melodia e acompanhamento; combinação de melodias a duas ou mais vozes; distribuição das notas em contexto instrumental; transformações melódicas: transposição, aumento, diminuição, inversão e retrogradação; variações melódicas: variação intervalar, variação rítmica, ornamentação, interposição de notas dos acordes e combinação de motivos.

-ALMADA, Carlos. **Arranjo**. Campinas: Unicamp, 2000.

-ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.

-FRITSCH, Eloy. **Música eletrônica, uma introdução ilustrada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

-IAZZETTA, Fernando. **Música e mediação tecnológica**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2009.

-MED, Bohumil. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1996.

-MENEZES, Flo. **A acústica musical em palavras e sons**. São Paulo: Ateliê, 2003.

-RIBEIRO, José Alexandre dos Santos. **Sobre os instrumentos sinfônicos e em torno deles**. São Paulo: Record, 2005.

-STRAUS, Joseph Nathan. **Introdução à teoria pós-tonal**. Ricardo Mazzini Bordini (trad.). São Paulo - Salvador: Editora Unesp/Edufba, 2013.

1.18. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 16 – MÉDICO – ESF

Sistema Único de Saúde: histórico, bases legais, princípios de funcionamento e políticas públicas. Medicina de Família e Comunidade: bases conceituais, Abordagem Comunitária, Planejamento e Gestão em Atenção Primária à Saúde, Epidemiologia aplicada à Medicina de Família e Comunidade, Vigilância à saúde, Fundamentos e práticas em Atenção Primária à Saúde, Saúde da criança e do adolescente,

Assistência à saúde da mulher, Atenção à gestante, Cuidado de saúde do idoso, Principais problemas de saúde do adulto, Dinâmica familiar, Ética e Bioética, Saúde Mental, Procedimentos cirúrgicos ambulatoriais.

-BRASIL. **Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

-DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. M. J. **Medicina Ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária à saúde.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Seções I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII.

-GOLDIM, J. R. **Bioética e Interdisciplinaridade.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>>. Acesso em: 07 out. 2015.

-GUSSO G.; LOPES J. M. (org). **Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

-MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

-MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

-MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138812EAFCE19E1/NR-32%20%28atualizada%202011%29.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

1.19. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 17 – MÉDICO(A) VETERINÁRIO(A)

Enfermidades de notificação obrigatória, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Epidemiologia e análise de risco; Procedimentos de coleta e envio de amostras para laboratórios. Doenças dos animais domésticos e zoonoses de importância em saúde pública: etiologia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e controle. Etiologia, diagnóstico, prevenção e controle em defesa sanitária animal; Inspeção de Produtos de Origem Animal e Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Sistemas de criação e/ou produção de animais domésticos. Clínica médica e cirúrgica de animais de produção.

-ACHA P.N ; SZYFRES, B. **Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales.** 3ª Ed. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 3 vols. 2003.

-BLOOD D. C., RADOSTITS O. M. **Clínica Veterinária.** 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991.

-BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal – Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sa%C3%BAde%20Animal%20-%20low.pdf>. Acesso em: 16/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias. Guia de Bolso.** 8ed. 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf>. Acesso em: 16/10/2015

-CRMVPR-CRMVSC-CRMVRS. **Manual de Zoonoses Vol. I** 2ed. 2010. Disponível em: <http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1258561628/3644_manual_de_zoonoses_v1_edicao2.pdf> Acesso em: 14/10/2015

-CRMVPR-CRMVSC-CRMVRS. **Manual de Zoonoses Vol. II.** 1ed. 2011. Disponível em: <http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1330091770/2061_manual_de_zoonoses_02_01.pdf>. Acesso em: 14/10/2015.

-CRMVRS. **Manual do Responsável Técnico**. 2ed. 2005. Disponível em: <http://www.crmvrs.gov.br/manualRT.pdf>> Acesso em: 14/10/2015

-JONES, T. C; HUNT, R. D.; KING, N. W. **Patologia Veterinária**. 6 ed. São Paulo: Manole, 2000.

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa Nº 36 de 26 de julho de 2011**. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/files/2012/08/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-36-DE-20-DE-JULHO-DE-2011.pdf>> Acesso em: 16/10/2015

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa Nº 44 de 17 de setembro de 2013**. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>. Acesso em: 14/10/2015.

-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL. **Código Sanitário para os animais terrestres**, 2012. Disponível em: <http://www.oie.int/es/normas-internacionales/codigo-terrestre/>>. Acesso em: 16/10/2015

-ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL /OIE/. **Logros de la OIE en el ámbito del bienestar animal**, 2012. Disponível em: <http://www.oie.int/es/bienestar-animal/temas-principales/>>. Acesso em: 16/10/2015.

-PANAFTOSA – OPAS/OMS . **Manual veterinário de colheita e envio de amostras: manual técnico. Cooperação Técnica. MAPA/OPAS/OPANAFTOSA para o Fortalecimento dos Programas de Saúde Animal do Brasil**. Rio de Janeiro: PANAFOTSA – OPAS/OMS, 2010. Disponível em: <http://bvs1.panaftosa.org.br/local/File/textoc/SerManTec13.pdf>>. Acesso em: 16/10/2015

-RIBEIRO, L.A.O. **Medicina de Ovinos**. Porto Alegre: Pacartes. 2011.

-RIET-CORREA, F. et al. **Doenças de ruminantes e equinos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

-RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998**. Institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12609733961179347089Lei11.099_com_atualizacoes.pdf> Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual Nº 48.677, de 12 de dezembro de 2011** -Institui o Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea – PROCETUBE. Disponível em: http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/1337624944DEC_48.677.pdf> Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 38.930, de 30 de setembro de 1998**. Regulamenta a Lei nº 11.099, de 22 de janeiro de 1998, que instituiu o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=5737&hTexto=&Hid_IDNorma=5737>Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL, **Decreto Nº 34.869, de 31 de agosto de 1993** - Altera o Regulamento para a Erradicação da Sarna Ovina no Estado. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9WmnSJn6fCsJ:www.dda.agricultura.rs.gov.br/ajax/download.php%3FqArquivo%3D20130226151258decreto_34_869_sarna.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 211, de 05 de novembro de 2009-Seappa**. Estabelece as normas para implantação das Boas Práticas de Fabricação em todos os estabelecimentos registrados na Cispoa, substituindo a Portaria 267 de 06 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.dda.agricultura.rs.gov.br/conteudo/5646/?Legisla%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Resolução N.º 090, de 18 de maio 2011**. Estabelece a obrigatoriedade do cumprimento do cronograma de análises físico-química e microbiológica da água de abastecimento interno e produtos de origem animal registrados na CISPOA. Disponível em: <http://www.dda.agricultura.rs.gov.br/conteudo/5646/?Legisla%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Instrução Normativa SEAPA Nº 10 DE 23/08/2014**. Aprova o Regulamento Técnico do Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose Bovídea. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=278976>>Acesso em: 16/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL **Instrução Normativa SEAPA Nº 3 de 02/06/2015** Estabelece medidas de controle do foco de Mormo e controle de trânsito para permitir o retorno da condição sanitária do Estado do Rio Grande do Sul de livre dessa enfermidade. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=285386>> Acesso em: 14/10/2015

-RIO GRANDE DO SUL. **Normas técnicas de instalações e equipamentos para funcionamento de matadouros-frigoríficos de suínos (e javalis)**. Disponível em: http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12675552611178623735Matadouro_frigorifico_de_suinoss.pdf>. Acesso em: 14/10/2015.

-RIO GRANDE DO SUL. **Normas técnicas de instalações e equipamentos para matadouros frigoríficos de bovinos (e bubalinos)**. Disponível em:

<http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/12675551291178622989Matadouro_frigorifico_de_Bovinos.pdf>. Acesso em: 14/10/2015

-SOBESTIANSKY, J. et al. **Clínica e patologia suína**. 2. ed. Goiânia: Art. 3, 1999.

1.20. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 18 – NUTRICIONISTA

Fisiologia da Nutrição; Necessidades de nutrientes; Avaliação nutricional de crianças, jovens, adultos e idosos; Nutrição da gestante; Nutrição infantil; Nutrição de adultos e idosos; Nutrição nas diversas fases da vida; Dietoterapia de crianças, jovens, adultos e idosos; Educação e orientação alimentar; Planejamento, implantação e execução de projetos de estrutura física da UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição); Planejamento dietético - elaboração de cardápios; Controle de refeições – planejamento, aquisição, armazenamento, preparação e distribuição; Qualidade e higiene de alimentos; Técnicas dietéticas; Treinamento de pessoal para a UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição); Normas profissionais; Normas da ANVISA.

-BRASIL. **Lei Nº. 8.234 de 17/09/1991**. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências.

-CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Código de Ética do Nutricionista – Resolução Nº. 334/2004 (CFN)**.

-DUARTE, Luiz J. Varo, GUERRA, Regina H. Duarte. **Nutrição e obesidade**. Porto Alegre: Artes ofícios, 2001.

-DUNCAN, Bruce B. **Medicina Ambulatorial**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

-EVANGELISTA, José. **Tecnologia dos Alimentos**. 2.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 1998.

-KRAUSE, Marie V. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 10.ed. São Paulo: Rocca, 2002.

-ORNELLAS, Lieselotte H. **Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos**. 7.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

-RIO GRANDE DO SUL. **Portaria Estadual 78/09**: Aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação, aprova Normas para Cursos de Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e dá outras providências.

-SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 6.ed. São Paulo: Varela, 2005.

1.21. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 19 – ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL I

Funções e atribuições da Orientação Educacional no contexto educativo contemporâneo.

Orientadores educacionais como mediadores das relações educativas, pesquisadores e articuladores do processo pedagógico.

Atuação da Orientação Educacional no cotidiano das instituições, considerando a organização e as práticas que viabilizam o trabalho educacional.

Aplicação de princípios, recursos e técnicas de abordagens individuais e grupais, tendo como foco o ensino-aprendizagem e as relações educativas.

O Orientador Educacional e os processos de prevenção, intervenção, orientação e construção de alternativas

Orientação Educacional: histórico, funções, objetivos, atribuições e ação integrada.

-ÁLVAREZ, Manuel et al. **O projeto educativo da escola**. Porto Alegre: CINTED, 2004.

-CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

-COLOMBO, Sonia S. e outros. **Gestão Educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

-DNIR, Madza et al. **Mestres da mudança: liderar escolas com a cabeça e o coração** - um guia para gestores escolares. Porto Alegre: Artmed, 2006.

-FERREIRA, Naura S. C. e AGUIAR, Márcia A. S. (orgs). **Para onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional**. Campinas: Papirus, 2002.

-FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, Regina L. (org.). **Orientação Educacional: o trabalho na escola**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

-GRINSPUN, Mirian Zippin. (org.). **Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

(org.). **A Prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.

-LEVENFUS, Rosane; SOARES, Dulce & Cols. **Orientação Vocacional Ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

-LÜCK, Heloísa. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

-MACHADO, Lourdes M. (coord.) e MAIA, Graziela Z. A. (org.). **Administração e Supervisão Escolar: questões para o novo milênio**. São Paulo: Pioneira, 2000.

-VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**, in VEIGA, Ilma Passos (org.), *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 10.ed. Campinas, SP: 2000.

-XAVIER, Maria Luisa Merino (org.). **Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

1.22. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 20 – PEDAGOGO(A) SOCIAL

Educação não formal: conceito, campo e o educador social; Convivência Familiar e Comunitária; Direitos da criança e do adolescente; População em situação de rua: marco legal e direitos socioassistenciais; Saberes da prática educativa; Elaboração de projetos sociais; Educação, emancipação e exclusão social; Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente; Intervenção social e prática pedagógica; Projetos: planejamento e participação.

-ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia Prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

-BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

-BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Conanda, 2006.

-BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

-FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

-GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

-GRACIANI, Maria Stela. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

1.23. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 21 – PROCURADOR(A)

Direito Administrativo: Administração Pública Direta: espécies de órgãos públicos. Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas. Concessionárias e permissionárias. Agências Executivas e Reguladoras.

Princípios que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, boa-fé, igualdade, continuidade do serviço público e segurança jurídica. Atos Administrativos: noção, atributos, elementos, classificação, perfeição, eficácia e validade. Espécies. Extinção. Controle judicial dos atos administrativos. Processo Administrativo: noção, princípios aplicáveis, a procedimentalização das decisões administrativas. Processo Administrativo Disciplinar. Processo sumário. Poderes Administrativos: Poder de Polícia, Poder Disciplinar, Poder Hierárquico, Poder Vinculado, Poder Discricionário e Poder Regulamentar. Agentes Públicos: noção e classificação. Espécies de regimes jurídicos: institucional e contratual. Regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos. Agentes públicos e a improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Licitação Pública: conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento, anulação e revogação da licitação. Modalidades de licitação. Sanções penais na licitação. A Lei nº 8666/93 e alterações. Contratos Administrativos: conceitos, peculiaridades e interpretação. Formalização do contrato administrativo: instrumento, conteúdo, cláusulas essenciais ou necessárias, garantias para a execução do contrato, modalidades de garantia. Execução do contrato administrativo: direitos e obrigações das partes, acompanhamento da execução do contrato, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução, revisão, suspensão e rescisão do contrato. A Lei nº 8666/93 e alterações. Serviço Público: conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competência para prestação do serviço. Formas e meios de prestação do serviço. Convênios e consórcios administrativos. Concessão, permissão e autorização. Lei nº 8.987/95. Domínio Público: conceito e classificação dos bens públicos. Administração dos bens públicos. Utilização dos bens públicos. Alienação dos bens

públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Responsabilidade civil do Estado: noção, excludentes de responsabilidade civil do Estado, ação de regresso. Interpretação do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Teoria da responsabilidade civil objetiva. A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e comissivos de seus agentes. Controle da administração: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade fiscal. Controle administrativo: conceito e meios de controle. Formas judiciais de controle da atividade administrativa: Ação Popular (Lei n. 4.717/65), Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei n. 12.016/2009). **Direito Constitucional:** Constituição: princípios fundamentais. Teoria da Constituição. Classificação das Constituições. Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização político administrativa: das competências da União, Estados e Municípios. Da organização do Estado: arts. 18 a 43 da Constituição Federal. Do Poder Legislativo: Do Congresso Nacional. Atribuições do Congresso Nacional, Da Câmara dos Deputados. Do Senado Federal. Dos Deputados e Senadores. Das reuniões e das comissões. Processo legislativo. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. (arts. 44 a 75 da Constituição Federal). Do Poder Executivo: arts. 76 a 91 da Constituição Federal. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas. **Direito Processual Civil (de acordo com a Lei nº 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil):** Das normas Processuais Cíveis: Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Intervenção de terceiros. Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública. Dos atos processuais. Tutela provisória. Da formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento: Procedimento comum. Petição inicial, contestação, exceções, reconvenção, réplica. Revelia. Improcedência liminar do pedido. Audiência e conciliação e mediação. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Sentença e coisa julgada. Cumprimento de sentença: Liquidação de sentença. Procedimento de cumprimento da sentença. Procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Mandado de Segurança: individual e coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ação por ato de improbidade administrativa. Processo de execução: Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da suspensão e da extinção do processo de execução. Execução fiscal (Lei nº 6.830/80). Dos procedimentos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: Da ordem dos processos no tribunal. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Ação rescisória. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Recursos. Processo de execução: Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da suspensão e da extinção do processo de execução. Execução fiscal (Lei nº 6.830/80). **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Sistema Tributário Nacional: competência tributária: atribuições e limitações. Tributos: espécies. Impostos federais, estaduais e municipais. Contribuições sociais. Taxas. Contribuição de melhoria. Teoria geral do Direito Tributário: Legislação tributária. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e espécies. Obrigação tributária principal e acessória. Natureza jurídica – Fato gerador – Sujeito ativo – Sujeito passivo – Responsabilidade Tributária. Solidariedade e capacidade tributária. Crédito tributário: conceito, constituição, suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios. Isenção, imunidade e não incidência. Prescrição e decadência. Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80).

Sumulas do Supremo Tribunal Federal e Sumulas do Superior Tribunal de Justiça sobre Direito Administrativo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27. Ed., São Paulo: Atlas, 2014.
2. MAFINI, Rafael. Direito Administrativo, 4ª ed., Revista da Tribunais, 2013.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Lei Orgânica do Município de Xangri-lá.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 31ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre Processo Civil.

BRASIL. Código de Processo Civil. Brasília: Senado Federal, Lei nº 13.105/2015.

CAMARA, Alexandre Freitas. O novo Código de Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2015.
BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil, São Paulo: Saraiva, 2015.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (devidamente atualizado).
AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2014.
MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Obs.: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas dos Tribunais Superiores.

1.24. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Comuns aos cargos: 22 – Professor(a) de Artes; 23 – Professor(a) de Ciências; 25 – Professor(a) de Educação Física; 27 – Professor(a) de Ensino Religioso; 28 – Professor(a) de Geografia; 29 – Professor(a) de História; 30 – Professor(a) de Língua Portuguesa; 31 – Professor(a) de Matemática)

O professor: habilidades, competências e responsabilidades do fazer educativo-crítico. Conhecimentos legais e saberes necessários para a prática educativa, escolar e pedagógica-críticas.

-BECKER, F.et MARQUES, T.B.I.(orgs). **Ser Professor é Ser Pesquisador**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

-BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº. 9.494 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Título I – Da Educação; Título II – Dos princípios e Fins da Educação Nacional; Título V – Dos níveis e das Modalidades de Educação e Ensino: Capítulos I- Da Composição dos Níveis Escolares; Capítulo II – Da Educação Básica – Seção I – Das Disposições Gerais. Do art. 22º ao 28º; Seção III – Do Ensino Fundamental. Art. 32º ao 34º. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 19/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC/SEB/DICEI, 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Da p. 04 até 79. Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Da p. 102 até 142.**

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 19/10/2015.

-BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Título II – Dos Direitos Fundamentais. Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Do art. 53º ao 59º. Título V – Do Conselho Tutelar. Capítulo II – Das Atribuições do Conselho. Do art. 136º ao 137º. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 19/10/2015.

-CANDAUI, Vera Maria (org.). **Didática Crítica e intercultural: aproximações**. Petrópolis: Vozes, 2012.

-FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

-HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

-PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

-VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento – projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 24ª ed. São Paulo: Libertad, 2014.

_____. **Currículo – a atividade humana como princípio educativo**. São Paulo: Libertad, 2009.

_____. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 19ª ed. São Paulo: Libertad, 2014.

-VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Técnicas de ensino: Por que não?** 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

1.25. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Comuns aos cargos: 26 – Professor de Educação Infantil e 32 – Professor(a) de Séries Iniciais)

Aprendizagem e conhecimento; Aspectos legais da educação; Avaliação; Currículo; Didática Geral; Educação Inclusiva; Ensino-Aprendizagem; Função social da escola; História da Educação; Interdisciplinaridade; Planejamento de Ensino; Projeto Político-Pedagógico; Psicologia da Educação; Teorias de Aprendizagem; Tendências Pedagógicas.

-**Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. Disponível em:
<http://nead.uesc.br/arquivos/Letras/avaliacao-aprendizagem/AVALIACAO_DO_PROCESSO_ENSINO_APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso em:

09.11.2015

-CASTRO, Patrícia Aparecida Pereira Penkal de; TUCUNDUVA, Cristiane Costa; Arns, Elaine Mandelli. **A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente.** Revista Científica de Educação, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008 Disponível em:

<<https://pad.fgv.br/sites/pad.fgv.br/files/material/A%20importancia%20do%20planejamento%20das%20aulas.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

-GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** 8ª ed, 2003. Centro de Referência Paulo Freire. Disponível em:

<<https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-eXUyZjNPUVUxSGM/edit?pli=1>>. Acesso em: 15.10.2015.

-INSTITUTO PAULO FREIRE/PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA. **Inter-Transdisciplinaridade e Transversalidade.** Disponível em:

<http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_48.htm>. Acesso em: 15.10.2015.

-JÓFILI, Zélia. **Piaget, Vygostsky, Freire e a construção do conhecimento na escola.** Ano 2, nº 2 – dezembro de 2002. Disponível em:

<<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7560/7560.PDF>>. Acesso em: 15.10.2015.

-LUPION TORRES, Patrícia; ALCANTARA, Paulo R.; FREITAS IRLA, Esrom Adriano. **Grupos de consenso: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem.** Revista Diálogo Educacional, 2004. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189117791011.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

-MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O Professor e a Educação Inclusiva – Formação, Práticas e Lugares.** Disponível em:

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 15.10.2015.

-MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre Currículo – Currículo, Conhecimento e Cultura.** Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

-PILETTI, Claudino. **Didática Geral.** 23ª Ed, 2004. Disponível em:

<https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/piletti_didatica-geral.pdf>. Acesso em: 15.10.2015.

-**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA.**

<http://www.ifsertao-pe.edu.br/salgueiro/images/PPP/texto_sobre_ppp_da_escola_uma%20construcao_%20coletiva_ilma%20veiga.pdf>. Acesso em: 15.10.2015.

-RAMOS, Jeannette F. Pouchain; LEITE, Adriana Antero; FILHO, Luciano de A. Filgueiras. **Função social da escola: qual o lugar do pedagógico, do político e do trabalho?** Disponível em:

<<http://educas.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/04/FUN%C3%87%C3%83O-SOCIAL-DA-ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

-SANTOS, Ana Cristina de Mendonça. **O projeto político pedagógico como instrumento de mudança organizacional: limites e possibilidades.** Salvador, 2009. Disponível em:

<http://www.uneb.br/pgdr/files/2010/03/dissertacao_ana_cristina_de_mendonca.pdf>. Acesso em: 15.10.2015.

-SILVA, Wanderlei Sérgio da. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** UNIP. Disponível em:

<http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/31517.PDF>. Acesso em: 15.10.2015.

-ZÓBOLI; Graziella B. **Postura de Ensino.** Disponível em:

<<http://www.sosprofessor.com.br/blog/wp-content/uploads/2013/09/POSTURAS-DE-ENSINO.pdf>>. Acesso em: 15.10.2015.

1.26. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 24 – PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Histórico da Educação especial; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Fundamentos da Educação Inclusiva; Legislação da Educação Especial; A Escola Comum Inclusiva: Projeto Político Pedagógico, Atendimento Educacional Especializado, Formação de professores para o AEE. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado: Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual, Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez, Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência visual, Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência física e surdocegueira, Atendimento Educacional Especializado para alunos com transtorno do espectro do autismo, Atendimento Educacional Especializado para alunos com altas habilidades/superdotação. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Alternativa e Aumentativa.

- BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência física**. São Paulo: Moderna, 2010.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 11/10/2015
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. ALVES; Carla Barbosa. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com surdez**. São Paulo: Moderna, 2010.
- DECRETO Nº. 6.571/2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf. Acesso em: 11/10/2015.
- FIGUEIREDO, Rita Vieira de; POULIN, Jean-Robert; GOMES, Adriana Limaverde. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência intelectual**. São Paulo: Moderna, 2010.
- LEI Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11/10/2015
- MACEDO, Lino de. **Ensaios Pedagógicos: como construir uma escola para Todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha dos. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 11/10/2015
- RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 11/10/2015
- SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina; SIMÃO, Valdirene Stiegler. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência visual**. São Paulo: Moderna, 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- SKLIAR, Carlos. Org. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

1.27. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 33 – PSICÓLOGO(A)

Psicologia clínica; psicodiagnóstico; psicoterapias; entrevista psicológica; grupos; grupos nas instituições; avaliação psicológica; parecer psicológico; registro documental; elaboração de pareceres; saúde pública; políticas públicas; Política Nacional de Humanização; atendimento psicológico a gestantes.

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. CUNHA, J.A. & col. Psicodiagnóstico – V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2004. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf Acesso em: 16 outubro de 2015.
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01/2009, de 30 de março de 2009. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/04/resolucao2009_01.pdf Acesso em 16 de outubro de 2015.
5. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 7/2003, de 14 de junho de 2003. Brasília., DF, 2003. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf Acesso em 16 de outubro de 2015.
6. CORDIOLI, A.V. & col. Psicoterapias Abordagens Atuais – 3º ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008.
7. BLEGER, José. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2014/09/temas-de-psicologia-entrevista-e-grupos-josc3a9-bleger.pdf> Acesso em 16 de outubro de 2015.

8. CORRÊA, F.P.; SERRALHA, C.A. A depressão pós-parto e a figura materna: uma análise retrospectiva e contextual. Revista Acta Colombiana de Psicologia, 18(1), 113-123, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v18n1/v18n1a11.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2015.

1.28. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 34 – SUPERVISOR(A) ESCOLAR I

Avaliação da Educação; Complexidade e interdisciplinariedade na Educação; Conceito e funções do Supervisor Escolar; Conselho de Classe; Didática – Métodos e Atividades de ensino; Gestão da Educação; Planejamento Curricular; Planejamento de Ensino; Projeto político pedagógico da escola; Supervisão e Escola Inclusiva; Tendências pedagógicas brasileiras.

-ROSA, Neidileni. **A dimensão do trabalho superviso no âmbito escolar**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/27855>. Acesso em: 14.10.2015

-RIBEIRO, Francisco Quintiliano. **Aplicação do saber na atividade de supervisão**. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/Especial/francisco%20quintiliano.pdf>. Acesso em: 14.10.2015

-GIANCATERINO, Roberto. **A supervisão educacional: mudanças sob olhar de uma educação libertadora**. Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.com/educacao/a-supervisao-educacional-mudancas-sob-olhar-uma-educacao-.htm>. Acesso em: 14.10.2015.

-LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Disponível em: http://www.derita.com.br/artigo/comunicados_2013/anexo_255_avaliacao_da_aprendizagem_escolar.pdf. Acesso em: 14.10.2015.

-SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf>. Acesso em: 14.10.2015.

-FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Supervisão Educacional - Uma Reflexão Crítica - 13ª ed**. Porto Alegre. Vozes. 2007.

-Globalização e educação: elementos para repensar a atuação do professor face às mudanças tecnológicas no atual contexto. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2000/01/a4.htm>. Acesso em: 14.10.2015

-FORTES, Clarissa Corrêa. **Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor**. Disponível em: http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20120517101423.pdf. Acesso em: 14.10.2015.

-LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática**. 6ª Ed. 2013. São Paulo. Heccus. 2013.

-**Métodos Ativos e Atividades de Ensino**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/.../9147/10689>. Acesso em: 09.11.2015

-SILVA, Aline Gomes da Silva. **O relacionamento do supervisor escolar**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-relacionamento-do-supervisor-escolar/34296/>. Acesso em: 14.10.2015.

-**O Conselho de Classe**. Disponível em: http://www.sipsilveiradamotta.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/3/2570/60/arquivos/File/conselhodecla_sse.pdf. Acesso em: 14.10.2015.

-CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da. **O CURRÍCULO E O SEU PLANEJAMENTO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/9667/5255>. Acesso em: 09.11.2015.

-**O Supervisor Escolar e a Escola Inclusiva**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-supervisor-escolar-e-a-escola-inclusiva/61959/>. Acesso em: 14.10.2015

-VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 14.10.2015.

-RANGEL, Mary; SILVA JR, Celestino Alves da. **Nove Olhares Sobre a Supervisão**. 4ª ed. São Paulo. Papyrus, 1997.

-RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. **Supervisão Escolar Avanços de Conceitos e Processos**. Porto Alegre. Wak, 2011.

-SACRISTÁN, Gimeno, GOMEZ, A.I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Artes Médicas. Disponível em: <http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/43886906/Sacrist%C3%A1n%20Gimeno%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 14.10.2015.

-QUEIROZ, Cecília; MOITA, Filomena. **Tendências Pedagógicas**. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos_socio_filosoficos_da_educacao/Fasciculo_09.pdf. Acesso em: 15.10.2015

2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL MÉDIO COMPLETO E TÉCNICO COMPLETO

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO E TÉCNICO COMPLETO (35 – Agente de Cadastro Imobiliário; 36 – Assistente Administrativo; 37 – Auxiliar de Turma; 38 – Cuidador(a); 39 – Fiscal(a) Tributário(a); 40 – Fiscal Sanitário; 41 – Professor(a) – Magistério; 42 – Secretária(o) de Escola; 43 – Técnico(a) de Enfermagem; 44 – Técnico(a) de Enfermagem – ESF)

1. Leitura e compreensão de textos: Assunto; Estruturação do texto; Ideias principais e secundárias; Relação entre ideias; Ideia central e intenção comunicativa; Efeitos de sentido; Figuras de linguagem e linguagem figurada; Recursos de argumentação; Informações implícitas: pressupostos e subentendidos; Coesão e coerência textuais.

2. Léxico/Semântica: Significação de palavras e expressões no texto; Alteração de palavras e de expressões no texto; Estrutura e formação de palavras.

3. Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas; Ortografia: sistema oficial vigente; Relações entre fonemas e letras/grafias; Acentuação gráfica; Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais; Vozes verbais e sua conversão; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Paralelismo; Emprego do acento indicativo de crase; Sintaxe do período simples e do período composto; Colocação e reconhecimento de termos e orações no período; Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; Orações reduzidas e orações desenvolvidas; Equivalência e transformação de estruturas; Pontuação; Colocação pronominal.

-ABAURRE, Maria Luiza M; PONTARA, Marcela. Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido. Vol. Único. São Paulo: Moderna, 2009.

-BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. - 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2006.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

-CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

-FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

2.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO E TÉCNICO COMPLETO (35 – Agente de Cadastro Imobiliário; 36 – Assistente Administrativo; 37 – Auxiliar de Turma; 38 – Cuidador(a); 39 – Fiscal(a) Tributário(a); 40 – Fiscal Sanitário; 41 – Professor(a) – Magistério; 42 – Secretária(o) de Escola; 43 – Técnico(a) de Enfermagem; 44 – Técnico(a) de Enfermagem – ESF)

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993 (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).⁶

LEI MUNICIPAL Nº 419 DE 24.05.1990 (Adotado para o Município de Xangri-lá através da [Lei Municipal nº 001](#), de 04.01.1993 atualizada até Lei Complementar nº 080 de 11.02.2015 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 5º). Do Provimento e da Vacância (Arts. 6º a 18º e Arts. 33º a 37º). Do Regime de Trabalho (Arts. 52º a 61º). Dos Direitos e Vantagens (Arts. 62º a 72º). Do Regimento (Arts. 129º a 131º e Arts. 139º a 156º).

⁶ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

2.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 35 – AGENTE DE CADASTRO IMOBILIÁRIO.

Projetos de construção civil e arquitetura; Elaboração e interpretação de esboços de plantas topográficas; Desenvolvimento de estudos e anteprojetos gráficos; Instalações prediais, tais como projetos hidrossanitários e elétricos; Planejamento da execução de obras e elaboração de orçamentos; Acessibilidade; Fiscalização de obras e serviços; Sistemas estruturais; Conhecimento de software AutoCAD.

-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492**: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.

-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

-BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. **AutoCAD 2010: utilizando totalmente**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.

-CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura**. São Paulo: Blucher, 2011.

-CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações elétricas e o projeto de arquitetura**. São Paulo: Blucher, 2011.

-CHING, Francis D.K. **Arquitetura – Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

-CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000-#-2006.

-CHING, Francis D.K. **Representação gráfica em arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

-CHING, Francis D. K.; SALGADO, Luiz Augusto M.; ADAMS, Cassandra. **Técnicas de construção ilustradas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

-CHING, Francis D. K.; ONOUE, Barry S.; ZUBERBUHLER, Douglas. **Sistemas estruturais ilustrados. Padrões, sistemas e projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

-GOLDMAN, Pedrinho. **Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira**. 4. ed. São Paulo: Pini, 2008.

-NEUFERT, Ernst. **A arte de projetar em Arquitetura**. Editorial Gustavo Gili, 17ª Ed, 2004.

-XANGRI-LÁ. **Lei Municipal n.º 1.645/78** – Institui o Código de Edificações do Município de Xangri-lá. (Adotado do Município de Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá através da [Lei Municipal n.º 001](#), de 04.01.1993).

-XANGRI-LÁ. **Lei Municipal n.º 1.111/2008** – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão. Prefeitura Municipal de Xangri-lá.

2.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 36 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Correspondência Oficial – Redação Oficial: elementos básicos e normas. Os atos oficiais. Os atos administrativos: conceituação, características e classificação. Documentos/exemplário de atos oficiais: finalidades e conceitos. Glossário das palavras mais usadas na redação oficial. Expressões latinas em uso na correspondência oficial.

Administração Pública – Organização e estrutura do Estado, Governo e Administração. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Modelos Teóricos da Administração Pública. Tecnologia da Informação, Sistema de Informação, Governo Eletrônico e transparência. Comunicação e redes. Novas tecnologias gerenciais: aplicação e impacto nas organizações. Qualidade na Administração Pública e seu breve histórico. O cliente na gestão pública e a excelência em serviços públicos. O modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade: fundamentos e critérios. O serviço e a Postura de atendimento.

Fundamentos das Funções administrativas – planejamento, organização, direção e controle nos três níveis organizacionais. Comunicação, liderança, motivação e negociação nas organizações. Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital.

Administração de Materiais – Programação de Materiais. Estoques. Suprimentos. Armazenamento (layout). Logística.

-KASPARY, Adalberto José. **Redação Oficial: normas e modelos**. 17. Ed. Porto alegre: 2004.

-LIMA, Antônio Oliveira. **Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

-**Manual de Redação Oficial – Presidência da República** – Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em 18/10/2015.

-CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

-CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 5ª reimpressão.

-MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

-PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 4ª reimpressão.

-CURSO EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO – Disponível em: http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/argeditor/planejamento/des_org/treinamentos/apostila%20de%20excelencia%20no%20atendimento%20ao%20cidadao.pdf. Acesso: 18/10/ 2015.

2.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 37 – AUXILIAR DE TURMA

Histórico da Educação especial; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Fundamentos da Educação Inclusiva; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Legislação da Educação Especial; Escola Comum Inclusiva: Projeto Político Pedagógico, papel do monitor, cuidador ou auxiliar de turma. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Alternativa e Aumentativa.

-BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência física**. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010. - (Cotidiano escolar: ação docente)

-BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 10/10/2015.

_____. Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10/10/2015

-MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Santos, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010. – (Cotidiano escolar: ação docente)

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 11/10/2015.

_____. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10/10/2015.

-SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

2.6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 38 – CUIDADOR

Direitos Fundamentais da criança e do adolescente; Direito à educação e do dever de educar; Medidas de proteção; Educação Intelectual e Moral; Educação para o desenvolvimento da personalidade humana; Pressupostos filosóficos e implicações educacionais do pensamento Vygotskiano; Educação com base no afeto.

-BRASIL, **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

-BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

-PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 17ªed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

-REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky. Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

2.7. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 39 – FISCAL(A) TRIBUTÁRIO(A)

Direito Tributário: Competência Tributária. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar. Imunidades. Princípios Constitucionais Tributários. Conceito e Classificação dos Tributos. Tributos de Competência da União. **Os tributos de Competência do Município:** Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano - IPTU: sujeito passivo: contribuinte, base de cálculo, cadastro fiscal; Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza - ISSQN: hipótese de incidência (fato gerador), sujeito passivo: contribuinte e responsável, base de cálculo, obrigações acessórias, retenção do ISSQN;

Imposto de transmissão “*Inter-vivos*” de Bens Imóveis: contribuinte, base de cálculo, lançamento; Taxas: Taxa de Expediente. Taxa de Lixo. Taxas de Licença de Localização e de Fiscalização de Estabelecimento e de Atividade Ambulante. Taxa de Licença para Execução de Obras; Contribuição de melhoria: Fato gerador, lançamento e arrecadação. Administração tributária e processo fiscal: Fiscalização. Competência. Intimações. Reclamações e recursos. Infrações e penalidades. Arrecadação de tributos. Dívida ativa: conceito e prazos de inscrição. Isenções.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**: artigos 14, 32 a 34, 113 a 115, 119 a 123, 142 a 150 e artigos 194 a 200.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Manual de direito tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

XANGRI-LÁ. **Código Tributário Municipal**, Lei Municipal nº 1.505/75, com suas alterações,

XANGRI-LÁ. Lei Municipal 006/2004, dispõe sobre o Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza - ISSQN.

XANGRI-LÁ. **Lei Orgânica do Município de XANGRI-LÁ**, com suas alterações.

2.8. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 40 – FISCAL SANITÁRIO

Educação em saúde: conceito, perspectivas e processos educativos em saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): conceito de saúde, princípios e diretrizes. Plano Nacional de Educação Fiscal (PNEF): diretrizes, objetivos e abrangência. Educação Fiscal: conceito e linhas de ação. Vigilância Sanitária (VISA): concepção e estratégias de atuação. O profissional da VISA na escola, no currículo e nos diferentes níveis de ensino. Concepções de doença, agravos e evento. Formas de notificação e registros de doenças, agravos e eventos. Profissionais, organizações e estabelecimentos de saúde frente à notificação compulsória. Medicamentos: referências, finalidades, identificação, usos, cuidados e controle sanitário. Alimentação: funções, tipos de alimentos, preparação e consumo, valor nutricional, prevenção e controle sanitário. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS): concepção e plano de ação.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A educação que produz saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0209_M.pdf>.

-BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf>.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/diretrizes_miolo.pdf>.

-BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Educação fiscal no contexto social** / 4. ed. Brasília: ESAF, 2009. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

-BRASIL. **Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011** - Doenças de Notificação Compulsória. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária: alimentos, medicamentos, produtos e serviços de interesse à saúde**. Brasília: Anvisa, 2007. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/288865804745965e9e2ade3fbc4c6735/quia_didatico.pdf?MOD=AJPERES>.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária e Escola: parceiros na construção da cidadania**/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2008. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/manual_visaescola_profissionais.pdf>.

-RIBEIRO, Paulo Silvino. **Mas o que seria o SUS?** Quais suas diretrizes e princípios gerais Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/mas-que-seria-sus-quais-suas-diretrizes-principios-gerais.htm>>.

2.9. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 41 – PROFESSOR – MAGISTÉRIO

Ação Pedagógica Escolar; Processos de Ensino e Aprendizagem; Ação Docente Mediadora; Planejamento do Ensino: Análise da Realidade, Projeção de Finalidades, Formas de Mediação e Avaliação; Inclusão na Perspectiva do Tratamento das Diferenças.

-BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

-CANDAU, Vera. **Didática Crítica e Intercultural.** São Paulo: Vozes, 2012.

-CARVALHO, Mercedes (org.). **Ensino Fundamental** – Práticas docentes nas séries iniciais. Petrópolis: Vozes, 2006.

-CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

-DALLA ZEN, Maria Isabel H. (org.) Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula. Porto Alegre: Mediação, 2002.

-DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2007.

-FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Reflexões sobre Alfabetização.** Cortez, 2010.

-FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

-HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

_____. **O jogo do contrário em avaliação.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

-KRAMER, Sônia. **Alfabetização, leitura e escrita:** formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.

-LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2010.

-VASCONCELLOS, Celso. **Concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 2009.

-ZABALA Antoni. **Prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: ARTMED, 2002

-ZABALZA, Miguel. **Diários de aula.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.

2.10. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 42 – SECRETÁRIA(O) DE ESCOLA

O Sistema de Organização e Gestão da Escola. Os conceitos de Organização, Gestão, Participação e Cultura Organizacional. Auto-estima e Trabalho. A importância do fator Motivação. Relações Humanas. Código de Ética do Secretário. Etiqueta no ambiente de trabalho. Convivência Profissional, Social e com a Equipe. Apoio Logístico à Reunião. Comunicações Organizacionais. Eficácia nas comunicações administrativas. Atendimento. Organização do Trabalho da Secretaria. Documentação, Organização e administração de Arquivo. Follow-up. Arquivos permanentes e especiais. Problemas comuns na correspondência. Funcionamento da linguagem e do estilo. Formas de Tratamento, Abreviaturas, Tipos de Documentos (Relatório, Ofício, Ofício-circular, Mensagens eletrônicas, Atestado, Convocação e Ata de Reunião, Circular, Ordem de Serviço, Portaria, Memorando), Protocolo e Recebimento de correspondências, Envelope e endereçamento postal.

-BENNETT, Carole. **Etiqueta nos Negócios.** 1ª ed. São Paulo: Portal Educação, 2011.

-CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Relacionamento Interpessoal.: como preservar o sujeito coletivo.** Rio de Janeiro: LTC, 2009.

-**Código de Ética do Profissional de Secretariado.**

<http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_codigo_etica.html> Disponível em 03 de novembro de 2015.

-KASPARY, A.J. **Correspondência Empresarial.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Edita, 2002.

-LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6ªed. rev e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

-MEDEIROS, J. B. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa.** 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

-MEDEIROS, João Bosco & HERNANDES, Sonia. **Manual da Secretária: Técnicas de Trabalho.** 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

-PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3.ed. (ver ampliada). Rio de Janeiro: FGV, 1997.

-VEIGA, Denise Rachel. **GUIA DE SECRETARIADO – Técnicas e Comportamento.** 3ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Érica, 2010.

2.11. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 43 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Sistematização da Assistência de Enfermagem, Administração de serviços;; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e sífilis; Assistência de enfermagem em prevenção e controle de infecção e em doenças infecto-contagiosas; Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério, Cuidados de enfermagem: em administração de medicamentos, em uso de cateteres, drenos e sondas, em feridas, em terapia respiratória, conforto e sinais vitais; Educação Permanente; Integralidade; Legislação em enfermagem; Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais; Programa nacional de imunizações; Vigilância epidemiológica.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <<http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>>), atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS (disponível em www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf). Acessado em 18/02/2016.⁷

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico pré-natal e puerpério atenção qualificada e humanizada**. Brasília – DF 2006. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9**. Brasília – DF 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf, acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acessado em: 08/10/2015.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância. **RESOLUÇÃO - RDC N 15, de 15 de março de 2012**. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7599770043e684468b198f45f7d4e4/rdc0015_15_03_2012.pdf?MOD=AJPERES>. Acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei Nº. 7.498, de 25 de julho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html, acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **DECRETO Nº. 94.406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html, acessado em: 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. **RESOLUÇÃO COFEN 311/2007**. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>, acessado em: 13/10/2015

-MATTOS, Rubem Araujo de e PINHEIRO, Roseni. **Razões Públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. CEPESC-IMS-UERJ-ABRASCO, 1ª Edição, RJ, 2007.

-NORMA OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOAS-SUS 01/2001. Disponível em: www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arg_doc/noas_sus2001.pdf. Acessado em 08/10/2015.

-VOLPATO, Andrea Cristine Bressane e PASSOS, Vanda Cristina dos Santos. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. Editora Martinari, 4ª Edição, SP, 2014.

2.12. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 44 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM – ESF

Sistematização da Assistência de Enfermagem, Administração de serviços;; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e sífilis; Assistência de enfermagem em prevenção e controle de infecção e em doenças infecto-contagiosas; Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério. Atenção Básica, Cuidados de enfermagem: em administração de medicamentos, em uso de cateteres, drenos e sondas, em feridas, em terapia respiratória, conforto e sinais vitais; Educação Permanente; Estratégia de Saúde da Família; Integralidade; Legislação em enfermagem; Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais; Programa nacional de imunizações; Vigilância epidemiológica.

⁷ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

-BRASIL. Agência Nacional de Vigilância. **RESOLUÇÃO - RDC N 15, de 15 de março de 2012**. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7599770043e684468b198f45f47d4e4/rdc0015_15_03_2012.pdf?MOD=AJPERES>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: nº.27** (NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Disponível em: <http://www.saude.divulgueconteudo.com/567964-caderno-de-atencao-basica-n-27-diretrizes-do-nasf-nucleo-de-apoio-a-saude-da-familia>>. Acessado em: 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso** (disponível em: <http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/01/calend%C3%A1rio.pdf>), atualizado pela Portaria Informativa nº 149, de 2015/CGPNI/DEVIT/SVS/MS (disponível em www.cvpvacinas.com.br/pdf/nota_informativa_149.pdf). Acessado em 18/02/2016.⁸

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília – DF 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico pré-natal e puerpério atenção qualificada e humanizada**. Brasília – DF 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acessado em: 08/10/2015.

-BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9**. Brasília – DF 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf>. Acessado em 13/10/2015.

-BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acessado em: 08/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei Nº. 7.498**, de 25 de julho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html>. Acessado em 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **DECRETO Nº. 94.406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>, acessado em: 13/10/2015.

-CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. - RESOLUÇÃO COFEN 311/2007**.. Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007>>. Acessado em: 13/10/2015

-**Equipe de Saúde da Família**. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf>. Acessado em 13/10/2015.

-FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acessado em 08/10/2015.

-MATTOS, Rubem Araújo de e PINHEIRO, Roseni. **Razões Públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. CEPESC-IMS-UERJ-ABRASCO, 1ª Edição, RJ, 2007.

-**NORMA OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NOAS-SUS 01/2001**. Disponível em: www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arq_doc/noas_sus2001.pdf>. Acessado em 08/10/2015.

-VOLPATO, Andrea Cristine Bressane e PASSOS, Vanda Cristina dos Santos. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. Editora Martinari, 4ª Edição, SP, 2014.

⁸ Subitem retificado através do edital nº 03/2016.

3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO

3.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO CARGO DE NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO CARGO 45 – AUXILIAR DE DISCIPLINA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa abaixo. Não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29/09/2008.

1. Leitura e compreensão de textos: Assunto; Estruturação do texto; Ideias principais e secundárias; Relação entre ideias; Efeitos de sentido; Informações implícitas: pressupostos e subentendidos; Coesão e coerência textuais.

2. Léxico/Semântica: Significação de palavras e expressões no texto; Alteração de palavras e de expressões no texto; Estrutura e formação de palavras.

3. Aspectos linguísticos: Relações morfosintáticas; Ortografia: sistema oficial vigente; Relações entre fonemas e letras/grafias; Acentuação gráfica; Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Paralelismo; Emprego do acento indicativo de crase; Sintaxe do período simples e do período composto; Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; Pontuação; Colocação pronominal.

-ABAURRE, Maria Luiza M; PONTARA, Marcela. Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido. Vol. Único. São Paulo: Moderna, 2009.

-BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. - 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2006.

-CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

-CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

-FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

-LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

3.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO PARA O CARGO DE NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO CARGO 45 – AUXILIAR DE DISCIPLINA

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE 04.01.1993 (Adotado do município mãe - Capão da Canoa / RS para o Município de Xangri-lá/ RS através da Lei Municipal nº 001, de 04.01.1993). Atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 25.11.2013 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 6º). Da Competência (Arts. 7º a 9º). Dos Direitos Individuais e Coletivos (Arts. 14º ao 20º). Dos Servidores Municipais (Arts. 67º a 82º). Dos Orçamentos (Arts. 86 a 92). Capítulo IX, Seção I – Da Educação (Arts. 93 a 99). Seção II – Da Cultura (Art. 100); Seção III – Do Desporto (art. 101); Seção IV – Do Turismo (arts. 102 a 106); Seção V – Do Meio Ambiente (Arts. 107 a 109); Seção VI – Da Saúde (Arts. 110 a 119); Seção VII – Do Bem Estar Social (Arts. 120 a 122) e Seção VIII – Da Segurança (Arts. 123 a 126).⁹

LEI MUNICIPAL Nº 419 DE 24.05.1990 (Adotado para o Município de Xangri-lá através da [Lei Municipal nº 001](#), de 04.01.1993 atualizada até Lei Complementar nº 080 de 11.02.2015 – Disposições Preliminares (Arts. 1º a 5º). Do Provimento e da Vacância (Arts. 6º a 18º e Arts. 33º a 37º). Do Regime de Trabalho (Arts. 52º a 61º). Dos Direitos e Vantagens (Arts. 62º a 72º). Do Regimento (Arts. 129º a 131º e Arts. 139º a 156º).

3.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO 45 – AUXILIAR DE DISCIPLINA.

Educação para o afeto e para a cidadania; Educador da nova escola; Cuidados com o ser humano; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direitos fundamentais; Medidas socioeducativas; Direito à educação e do dever de educar.

-BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

⁹ Subitem retificado através do Edital nº 03/2016.

-BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
-TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação sem fronteiras. Cuidando do Ser**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

4.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUM A TODOS OS CARGOS E EMPREGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (46 – Agente de Combate às Endemias; 47 – Auxiliar de Saúde Bucal – ESF; 48 - Oficineiro de Artes Manuais; 49 – Oficineiro de Danças; 50 – Recepcionista)

Leitura, compreensão e interpretação de textos; Pontuação; Acentuação; Morfologia (substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, numerais, advérbios); Verbos regulares no Modo Indicativo; Termos principais da oração; sujeito / predicado; Ortografia (s, z, ss, ç, ch, x, j, g).

-CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Gramática: texto, reflexão e uso**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio- **O dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

4.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE MATEMÁTICA COMUM A TODOS OS CARGOS E EMPREGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (46 – Agente de Combate às Endemias; 47 – Auxiliar de Saúde Bucal – ESF; 48 - Oficineiro de Artes Manuais; 49 – Oficineiro de Danças; 50 – Recepcionista)

Conjuntos: representação, determinação, relação de pertinência, relação de inclusão, operações entre conjuntos, resolução de problemas.

Conjuntos Numéricos (Naturais, Inteiros, Racionais e Reais).

Sistema de Numeração Decimal.

Múltiplos e divisores, divisibilidade, critérios de divisibilidade, números pares e ímpares, números primos e números compostos, decomposição de um número em fatores primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.

Frações e números decimais: leitura, identificação, representação, comparação, equivalência, simplificação, forma mista, transformação de frações em números decimais e vice-versa, operações, expressões e resolução de problemas.

Equações e Inequações de 1º e 2º grau e sistemas de equações, gráficos, problemas envolvendo resolução de equações e de sistemas de equações.

Razão, proporção e porcentagem, escalas, grandezas direta e inversamente proporcionais, divisão em partes proporcionais, regra de três simples e composta (direta e inversa).

Medidas de tempo, de comprimento, de massa, de capacidade (unidade padrão, mudança de unidades e resolução de problemas).

Geometria Plana e Espacial- perímetro e área de figuras geométricas planas e volume de figuras geométricas tridimensionais (inscritas e circunscritas). Área do círculo e comprimento da circunferência. Volume do cone e do cilindro.

Ângulos: medida, classificação, operações com medidas de ângulos. Ângulos complementares e suplementares. Resolução de problemas.

Expressões algébricas, operações com expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração de produtos notáveis, equações fracionárias.

Semelhança de triângulos: Teorema de Tales. Relações métricas no triângulo retângulo.

Teorema de Pitágoras e suas aplicações.

Noções de matemática financeira (porcentagem, taxa de porcentagem, lucro, prejuízo, acréscimo, desconto, juros simples e juros compostos).

Análise de informações dadas através de gráficos e tabelas.

-DANTE, Luiz Roberto. **Tudo é Matemática**. São Paulo: Ática, 2013. (coleção do 6º ao 9º ano).

-BONJORNO, José Roberto [et al.]. **Matemática – fazendo a diferença**. - Ed. renovada-. São Paulo: FTD, 2009.

-IMENES, Luiz Márcio; Lellis, Marcelo. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (coleção do 6º ao 9º ano – EF₂).

-BIANCHINI, Edvaldo. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2013. (coleção do 6º ao 9º ano – EF₂).

-IEZZI, G. Dolce, O; Machado, A. **Matemática e Realidade**. São Paulo: Atual, 2013. (coleção de 6º ao 9º ano – EF₂)

-LOPES, Antônio José. **Matemática, 6º ao 9º ano**/Antonio José Lopes (BIGODE) – 1. Ed.- São Paulo: Scipione, 2013.

5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

5.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (51 – Cozinheira(o); 52 – Eletricista; 53 – Motorista de Veículos Leves; 54 – Motorista de Veículos Pesados; 55 – Operador(a) de Máquinas Pesadas)

Leitura, interpretação de textos e identificação de informações e ideias principais; Pontuação Básica (ponto final, interrogação, exclamação, travessão, dois pontos); Classificação de palavras quanto ao número de sílabas; Sílabas tônicas; Classificação de palavras quanto à posição da sílaba tônica; Sinônimos/antônimos; Singular/plural; Ortografia(s, z, ss, ç, ch, x, j, g)

-CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Gramática: texto, reflexão e uso**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.

-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio- **O dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

5.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE MATEMÁTICA COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (51 – Cozinheira(o); 52 – Eletricista; 53 – Motorista de Veículos Leves; 54 – Motorista de Veículos Pesados; 55 – Operador(a) de Máquinas Pesadas)

Sequência numérica até 999; Adição sem transporte; Subtração sem retorno; adição com mais de duas parcelas; multiplicação e divisão de um número por 2, 3, 4, 5. 6, 7, 8, 9; números pares e ímpares; ideia de metade e terça parte; antecessor e sucessor de um determinado número; numeração ordinal; Sistema de numeração decimal: centenas, dezenas e unidades: leitura, escrita, comparação, composição e decomposição de números até 999; Reconhecimento de figuras geométricas planas: quadrado, retângulo, triângulo e círculo; Medida do contorno de figuras planas; Medida de tempo: hora, minuto e segundo; dia e semana; mês e ano; funções dos números: contar, medir, ordenar e simbolizar; resolução de problemas envolvendo números naturais e as quatro operações; analisar tabelas e gráficos; sequências e padrões; Sistema monetário (operações e resolução de problemas simples envolvendo dinheiro).

Bonjorno, José Roberto; Azenha, Regina, Gusmão Tânia. **Matemática pode contar comigo**. São Paulo: FTD, 2008 (coleção pode contar comigo).

Dante, Luiz Roberto. **Ápis: Alfabetização Matemática**. São Paulo: Ática, 2011 (coleção do 1º ao 5º ano).

Smole, Kátia; Diniz, Maria Ignez; Marim, Vlademir. **Saber Matemática**, São Paulo: FTD, 2008. (coleção da alfabetização ao 5º ano).

Taboada, Roberta; Angela Leite. **Matemática: ensino fundamental**. São Paulo: SM, 2006. (coleção do 1º ao 4º ano – Aprender juntos).

6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA O NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALFABETIZADO

6.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALFABETIZADO (56 – Auxiliar de Merenda; 57 – Auxiliar de Serviços Gerais)

Leitura e compreensão de pequenos textos e imagens; Divisão silábica; Singular/plural; Sinônimos/antônimos; Diminutivo/aumentativo; Pontuação básica (ponto final, interrogação, exclamação, travessão, dois pontos).

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Gramática: texto, reflexão e uso**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio- **O dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

6.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE MATEMÁTICA COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALFABETIZADO (56 – Auxiliar de Merenda; 57 – Auxiliar de Serviços Gerais)

Sequência numérica até 999; Adição sem transporte; Subtração sem retorno; adição com mais de duas parcelas; multiplicação e divisão de um número por 2, 3, 4, 5. 6, 7, 8, 9; números pares e ímpares; ideia de metade e terça parte; antecessor e sucessor de um determinado número; numeração ordinal; Sistema de numeração decimal: centenas, dezenas e unidades: leitura, escrita, comparação, composição e decomposição de números até 999; Reconhecimento de figuras geométricas planas: quadrado,

retângulo, triângulo e círculo; Medida do contorno de figuras planas; Medida de tempo: hora, minuto e segundo; dia e semana; mês e ano; funções dos números: contar, medir, ordenar e simbolizar; resolução de problemas envolvendo números naturais e as quatro operações; analisar tabelas e gráficos; sequências e padrões; Sistema monetário (operações e resolução de problemas simples envolvendo dinheiro).

Bonjorno, José Roberto; Azenha, Regina, Gusmão Tânia. **Matemática pode contar comigo**. São Paulo: FTD, 2008 (coleção pode contar comigo).

Dante, Luiz Roberto. **Ápis: Alfabetização Matemática**. São Paulo: Ática, 2011 (coleção do 1º ao 5º ano).

Smole, Kátia; Diniz, Maria Ignez; Marim, Vlademir. **Saber Matemática**, São Paulo: FTD, 2008. (coleção da alfabetização ao 5º ano).

Taboada, Roberta; Angela Leite. **Matemática: ensino fundamental**. São Paulo: SM, 2006. (coleção do 1º ao 4º ano – Aprender juntos).